

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO

BEATRIZ CRISTINA GONÇALVES DA SILVA FAZAN

**A PRESCRIÇÃO NAS AÇÕES DE REPARAÇÃO CIVIL POR LETALIDADE POLICIAL**

SÃO PAULO  
2021

BEATRIZ CRISTINA GONÇALVES DA SILVA FAZAN

**A PRESCRIÇÃO NAS AÇÕES DE REPARAÇÃO CIVIL POR LETALIDADE POLICIAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado para a Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas como requisito básico para obtenção do título de Bacharel em Direito.

Professora Orientadora: Maria Cecília Asperti.

SÃO PAULO  
2021

BEATRIZ CRISTINA GONÇALVES DA SILVA FAZAN

**A PRESCRIÇÃO NAS AÇÕES DE REPARAÇÃO CIVIL POR LETALIDADE POLICIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Escola de Direito de São Paulo Fundação Getúlio Vargas como requisito básico para a obtenção do título de Bacharel em Direito.

Data de aprovação: 26/05/2021

Banca examinadora:

---

Profª Dra. Maria Cecília Asperti (Orientadora)

---

Prof. Dr. Thiago de Souza Amparo

SÃO PAULO  
2021

À memória de todas as vítimas e familiares de vítimas da letalidade policial, em especial ao movimento Mães de Maio. A força de vocês me inspirou a persistir neste trabalho e me move em direção à luta por justiça todos os dias.

## **AGRADECIMENTOS**

Estar em uma graduação nem sempre foi uma opção óbvia para mim. Sair de casa e enfrentar São Paulo, sem meus pais, para perseguir esse sonho, tampouco. Assim, o primeiro agradecimento não pode deixar de ser para aqueles que sonharam meus sonhos comigo e, quando eu fiquei perdida, foram o meu caminho. Elisabete, Wagner e Wagner Júnior, mãe, pai e irmão, obrigada por todos nossos momentos juntos, por cada vitória celebrada, por cada derrota em que vocês foram o meu colo. Vocês me tornaram quem eu sou. Essa conquista é nossa.

Quero agradecer ainda à Maria Aparecida, minha avó e ao Walter, meu avô, já falecido, que são uma inspiração para mim, exemplos de dedicação, conduta e carinho. Gostaria de agradecer ainda a outros integrantes de minha família que me apoiaram na minha trajetória até aqui: Ana Lúcia, Heli Mateus, Renata, Selma Andrea e Sirlei: muito obrigada.

Ficar longe da minha família sempre foi o meu maior desafio e por muitas vezes a solidão me assustou e me fez querer desistir. João Pedro Mello, João Pedro Souza, Helena Queiroz, Mateus Nobuo e Rodrigo Engler, obrigada por serem a minha casa longe de casa, meu abrigo durante as tempestades. A amizade de vocês tornou esse momento possível.

Por fim, gostaria de agradecer aos professores Maria Cecília Asperti e Thiago de Souza Amparo pela estruturação do projeto multidisciplinar “Quem polícia a polícia: aspectos jurídicos da atuação policial e o Estado de Direito” que foi o ponto de partida para o presente trabalho. Fica o agradecimento especial para a querida professora Maria Cecília Asperti, minha orientadora, que me auxiliou e apoiou diante de prazos curtos e tempos pandêmicos.

## RESUMO

O presente trabalho apresenta uma análise da prescrição nas ações de indenização por letalidade policial. Assim, é exposta uma contextualização da violência policial no Brasil e das dificuldades dos familiares das vítimas de obterem o seu direito à reparação. O fato de as ações serem consideradas prescritas é um dos motivos que impossibilita a procedência das ações e a análise dos fatos e argumentos jurídicos suscitados pelas partes. A prescrição geralmente ocorre quando os familiares das vítimas aguardam o final do inquérito policial para propor a ação na esfera cível. Foram identificadas quatro teses aplicáveis aos casos: (i) a prescrição trienal prevista no Código Civil; (ii) a prescrição quinquenal contada a partir da data do fato; (iii) a prescrição quinquenal contada a partir do arquivamento do inquérito; e (iv) a imprescritibilidade dos direitos fundamentais. A análise dos casos demonstrou que há ainda muita divergência dentro do judiciário sobre quais regras e interpretações são aplicáveis a esses casos, gerando forte insegurança jurídica.

**Palavras-chave:** reparação civil; letalidade policial; prescrição; artigo 200 do Código Civil; prescrição de ações movidas contra a Fazenda Pública.

## **ABSTRACT**

This paper presents an analysis of the time barring of claims for compensation for police lethality. Thus, a contextualization of police violence in Brazil and the difficulties of victims' relatives to obtain their right to compensation is exposed. The fact that some of the actions are considered time-barred is one of the reasons that make it impossible to grant the actions and to analyze the facts and legal arguments raised by the parties. The time bar usually occurs when the relatives of the victims wait for the end of the police inquiry before filing a lawsuit in the civil sphere. Four theses applicable to the cases were identified: (i) the three-year statute of limitations provided in the Civil Code; (ii) the five-year statute of limitations counted from the date of the fact; (iii) the five-year statute of limitations counted from the filing of the inquiry; and (iv) the imprescriptibility of fundamental rights. The analysis of the cases showed that there is still much divergence within the judiciary as to which rules and interpretations are applicable to these cases, generating strong legal uncertainty.

**Keywords:** civil indemnity; police lethality; time-bar; article 200 of the Civil Code; time bar for actions filed against the Public Treasury.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1 CONTEXTO DA LETALIDADE POLICIAL NO BRASIL.....</b>	<b>14</b>
1.1 DADOS DA VIOLÊNCIA E RAÇA .....	14
1.2 CASOS DE VIOLÊNCIA POLICIAL DE GRANDE REPERCUSSÃO E A MOBILIZAÇÃO DE FAMILIARES DAS VÍTIMAS.....	17
<b>2 A REPARAÇÃO CIVIL CONTRA O ESTADO EM CASOS DE VIOLÊNCIA ESTATAL: A REPARAÇÃO CIVIL COMO FORMA DE JUSTIÇA .....</b>	<b>24</b>
<b>3 REPARAÇÃO CIVIL EM CASOS DE CRIMES E O IMPEDIMENTO DA PRESCRIÇÃO PREVISTA NO ART. 200 DO CÓDIGO CIVIL .....</b>	<b>29</b>
3.1 A PRESCRIÇÃO .....	30
3.2 A PRESCRIÇÃO NAS AÇÕES MOVIDAS CONTRA A FAZENDA PÚBLICA ..	32
3.3 O ARTIGO 200 DO CÓDIGO CIVIL .....	36
3.4 A IMPRESCRITIBILIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	40
3.5 A PRESCRIÇÃO NO CASO ESPECÍFICO DA AÇÃO CIVIL REPARAÇÃO NOS CASOS DE LETALIDADE POLICIAL.....	42
<b>4 ESTUDO DE CASO: PRESCRIÇÃO EM CASOS DE LETALIDADE POLICIAL ...</b>	<b>45</b>
4.1 METODOLOGIA .....	45
4.2 DESCRIÇÃO DOS CASOS E ANÁLISE .....	46
4.2.1 Caso do suposto assalto em estabelecimento comercial .....	46
4.2.2 Caso da execução em bar .....	48
4.2.3 Caso da vítima de perseguição policial .....	50
4.3 A PRESCRIÇÃO NOS CASOS ANALISADOS .....	52
4.3.1 Prescrição trienal .....	52
4.3.2 Prescrição quinquenal a partir da data do fato .....	53
4.3.3 Prescrição quinquenal a partir do arquivamento do inquérito .....	55
4.3.4 Imprescritibilidade dos direitos fundamentais .....	56
4.4 CONCLUSÃO PRELIMINAR.....	57
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>59</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>61</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>63</b>



## INTRODUÇÃO

Durante os Crimes de Maio, ocorridos entre 12 e 20 de maio de 2006, ao menos 493 civis foram mortos por policiais militares no estado de São Paulo. Naquele mesmo ano surgiu o movimento Mães de Maio, liderado por Débora Maria da Silva. O intuito do grupo é unir os familiares de pessoas mortas pela violência policial para lutar pela memória das vítimas, pela verdade das condições da sua morte e sobretudo pela justiça.

Estar na presença dessas mulheres significa entender o que é verdadeiramente a força, a união e outras coisas inexplicáveis por palavras tão simples. Embora muitas delas não tenham formação acadêmica, possuem muito conhecimento sobre o direito, sendo capazes de ensinar até os professores mais renomados da área. Falam com desenvoltura e experiência. Ter contato com elas, enquanto operador do direito, é questionar-se sobre o seu papel na construção de uma sociedade justa e até papel da ciência jurídica em si.

O problema da letalidade policial infelizmente não ficou restrito ao ocorrido nos Crimes de Maio. Atualmente, muitas pessoas são mortas em razão da violência estatal e muitos familiares choram, enquanto procuram por justiça. A letalidade policial é um problema prático muito complexo que não se pretende resolver em um trabalho como o presente. Assumindo o papel de pesquisadora, a autora desse trabalho busca aprofundar o debate acerca de um ponto específico sobre esse tema.

Em outra oportunidade de análise, restringiu-se o problema de pesquisa a um trabalho descritivo acerca das ações de reparação em caso de letalidade policial. Essa pesquisa foi desenvolvida no âmbito do projeto multidisciplinar da graduação “Quem Policia a Polícia: aspectos jurídicos da atuação policial e o Estado de Direito” oferecida pela FGV Direito SP, na qual a autora deste trabalho elaborou uma pesquisa conjunta sobre essas ações. O estudo resultou no relatório “Letalidade Policial: uma Análise de

Teses Jurídicas e Tramitação Processual em casos de Responsabilidade Civil”<sup>1</sup>, que compreendeu a análise de 35 ações de indenização em decorrência de violência policial, ajuizadas pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo contra a Fazenda Pública do Estado de São Paulo<sup>2</sup>, nas quais os familiares das vítimas pleiteiam, de modo geral: (i) indenização por danos materiais, referente às despesas com o funeral e uma pensão mensal, em razão do que se deixou de ganhar pela morte da vítima; (ii) indenização por danos morais; e (iii) condenação em obrigação de fazer consistente na apresentação formal e pública, pelo Chefe do Poder Executivo do Estado, de pedido de desculpas aos autores pela morte da vítima.

O relatório citado apontou que, dos 35 casos analisados, apenas dois obtiveram sentenças de parcial procedência: o primeiro reconhecendo o dever do estado de indenizar os familiares por danos morais no montante de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) e o segundo determinando a indenização por danos materiais mediante o pagamento mensal de pensão no valor de 1/3 do salário mínimo até a data em que a vítima completaria 25 anos e ao pagamento de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) a título de compensação por danos morais. Todas as demais ações foram julgadas improcedentes em primeira instância, rejeitando-se os pleitos de indenização por danos morais e materiais deduzidos pelos familiares das vítimas<sup>3</sup>. Já na segunda instância, a primeira decisão favorável aos familiares foi mantida e a segunda revertida. Vale mencionar que a única decisão favorável mantida em segunda instância foi dada em um caso no qual a vítima sobreviveu ao episódio de violência policial, simulando a própria morte para evitar mais agressões que poderiam ser fatais. Por ter sobrevivido a vítima foi ouvida como testemunha no processo.

---

<sup>1</sup> FAZAN, Beatriz e SAID, Ana Carolina. **Letalidade Policial: uma Análise de Teses Jurídicas e Tramitação Processual em casos de Responsabilidade Civil**. Trabalho apresentado no âmbito do Projeto Multidisciplinar “Quem Policia a Polícia: aspectos jurídicos da atuação policial e o Estado de Direito”. São Paulo: 2019.

<sup>2</sup> Foi realizado um recorte temporal para o estudo de caso naquela oportunidade: estudou-se as ações propostas no período entre 2009-2015. A data de início foi escolhida para que o estudo apontasse para questões contemporâneas relativas ao tema. Já o corte de ações propostas até o ano de 2015 foi proposto para aumentar as chances de os casos terem uma decisão de mérito.

<sup>3</sup> Confira-se matéria jornalística elaborada a partir dos resultados do estudo: CRUZ, Maria Teresa. **Apenas uma em cada 35 vítimas do Estado ganha ação de danos morais em SP**. Ponte Jornalismo, São Paulo. 18 de julho de 2019. Disponível em <https://ponte.org/apenas-uma-em-cada-35-vitimas-do-estado-ganha-acao-de-danos-morais-em-sp/>. Acesso em 28 de fevereiro de 2021.

A rejeição dos pedidos indenizatórios e do reconhecimento da responsabilidade civil do Estado coloca-se, portanto, como uma barreira que os familiares de vítimas de letalidade policial encontram ao buscar uma forma de reparação pelos danos sofridos. Dada a dificuldade de se provar a responsabilidade do agente policial na esfera penal, a responsabilização do Estado na esfera civil é muitas vezes a única maneira jurídica possível de se ter um reconhecimento de que a morte do familiar foi decorrente de uso injustificável da força policial.

É necessário expor que a mencionada pesquisa possuía um intuito descritivo e exploratório: objetivou-se, então, levantar dados relevantes sobre essas ações e aprofundar a compreensão sobre os argumentos suscitados pelas partes e pelos julgadores no tramite desses processos. Já no presente trabalho parte-se desse estudo exploratório para um aprofundamento da discussão a respeito das ações de indenização em caso de letalidade policial.

Dessa forma, são adotados como pontos de partida as questões já apresentadas no estudo anterior, a fim de conhecer mais sobre esses temas específicos por meio da análise em profundidade de casos particulares. Essas questões dizem respeito aos principais fundamentos adotados pelos julgadores nos julgamentos de improcedência das pretensões das vítimas e de seus familiares, quais sejam: (i) prescrição; (ii) excludentes de ilicitude; e (iii) valoração das provas.

Dada a complexidade de cada um desses temas, será abordado, neste estudo, especificamente, a questão da prescrição, que culminou em cinco decisões de improcedência na 1ª instância e outras duas na 2ª instância. Nestes casos, portanto, sequer houve análise dos fatos e argumentos jurídicos suscitados, ante ao acolhimento da questão prejudicial, suscitando-se, no entanto, importantes reflexões sobre a interpretação realizada do instituto jurídico da prescrição neste contexto.

Assim, a presente pesquisa justifica-se pela necessidade de aprofundar o debate jurídico sobre esse tema específico como forma de garantir segurança jurídica para os familiares de vítimas da letalidade policial em sua busca pelo reconhecimento da violência sofrida e por reparação por parte do Estado.

Dessa forma, a pergunta de pesquisa que orientou a elaboração do presente estudo foi com relação à interpretação conferida pelo Judiciário em demandas de reparação civil em razão de letalidade policial acerca da prescrição do direito de ação dos familiares das vítimas, dada a constatação do acolhimento de tal fundamento jurídico nas decisões analisadas.

A partir da análise realizada no estudo supracitado, percebeu-se que a regra mais aplicada pelos juízes e desembargadores nesses casos é a da prescrição quinquenal, prevista pelo artigo 1º do Decreto nº 20.910/1932. Ademais, segundo as conclusões daquele estudo, o principal ponto controvertido no que concerne a prescrição é o momento de início da contagem do prazo: se desde a morte do familiar ou a partir do arquivamento do inquérito policial. Essa questão é relevante pois muitas vezes a ação civil depende do substrato probatório produzido na esfera investigativa ou criminal. Essas questões serão aprofundadas pelo presente trabalho.

Os principais interessados no conteúdo deste trabalho são, por óbvio, os familiares das vítimas de letalidade policial, porém se sabe ser difícil alcançá-los com um estudo que acaba ficando mais restrito à academia. Apesar disso, o problema da violência e da letalidade policial interessa a diversos profissionais da área do direito que não necessariamente atuam na área civil ou processual civil, e de outros saberes, pelo que a abordagem escolhida tem por objetivo aproximar essa reflexão das demais áreas do conhecimento para ampliar a discussão aqui colocada.

Conforme mencionado, o interesse deste trabalho são as teses de prescrição em casos de reparação civil por letalidade policial, aprofundando pesquisa realizada anteriormente. Por esse motivo, o estudo de caso a ser desenvolvido nos próximos

tópicos tratará, dentre os 35 casos já analisados na pesquisa supracitada, somente aqueles que: (i) tenham uma decisão que trate de prescrição; e (ii) tenham decisões na segunda instância, restringindo-se a um total de três casos.

Tendo isso em vista, o presente trabalho se estrutura da seguinte forma: no capítulo 1 será apresentado um breve resumo do contexto da violência policial no Brasil; no capítulo 2 apresenta-se a conjuntura das ações de reparação civil por letalidade policial, o capítulo 3 apresenta um panorama geral doutrinário sobre os principais temas que envolvem a prescrição e as ações estudadas pelo presente trabalho; e o capítulo 4 apresenta os casos fazendo uma análise das teses de prescrição contidas nesses. Ao final, será exposta uma conclusão com a síntese da pesquisa.

## 1 CONTEXTO DA LETALIDADE POLICIAL NO BRASIL

### 1.1 DADOS DA VIOLÊNCIA E RAÇA

Embora o foco do presente trabalho sejam as ações de indenização em casos de letalidade policial, é necessário que se apresente uma breve contextualização da violência policial no Brasil, uma vez que, dissociar esse tema de questões sociais como o racismo pode contribuir para a perpetuação dessas problemáticas.

A letalidade policial é um tema constante nos noticiários do país. E não poderia deixar de ser, uma vez que os dados sobre o tema são alarmantes. No primeiro semestre de 2020, durante a pandemia do covid-19, o número de mortos no Estado de São Paulo em razão da violência policial foi recorde, alcançando o maior número da série histórica que iniciou em 2001: de janeiro a maio foram 442 pessoas mortas por policiais militares dentro e fora do serviço<sup>4</sup>. O número de mortos na grande São Paulo aumentou 70% em comparação com o mesmo período de 2019<sup>5</sup>.

A pesquisa “Atlas da Violência” de 2018, elaborada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública indicou que 75% das vítimas de homicídio daquele ano eram negras<sup>6</sup>. A taxa de homicídio para pessoas não negras (soma de brancos, amarelos e indígenas) naquele mesmo ano foi de 13,9%. Essa mesma pesquisa apontou ainda que as mulheres negras representam 68% das mulheres assassinadas no Brasil, alcançando uma taxa de mortalidade de 5.2 a cada 100 mil habitantes, quase o dobro quando comparada a das mulheres não negras.

Os dados acima são alarmantes e apontam para o fato de que a raça é uma questão muito importante quando se discute a violência e especialmente a violência estatal. Apesar disso, em 2020, das 27 unidades da federação, apenas 15 (Acre, Alagoas,

---

<sup>4</sup> ACAYABA, Cíntia e ACOVERDE, Leo. **Número de mortos pela PM em 2020 é recorde em SP; policiais dos batalhões da região metropolitana mataram 70% mais**. G1 SP e Globonews, São Paulo: 14 de julho de 2020. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/07/14/numero-de-mortos-pela-pm-em-2020-e-recorde-em-sp-policiais-dos-batalhoes-da-regiao-metropolitana-mataram-70percent-mais.ghtml>. Acesso em 15 de fev. de 2021.

<sup>5</sup> Idem.

<sup>6</sup> INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Org.). **Atlas da violência 2018**. Rio de Janeiro: IPEA; FBSP, 2018.

Amapá, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins) disponibilizaram dados referentes à raça das vítimas de letalidade policial<sup>7</sup>. Assim, apenas metade do total de mortes causadas pela letalidade policial contém informação sobre raça/cor das vítimas.

Não se pretende neste trabalho propor soluções para diminuir os altos índices de letalidade policial no Brasil, algo que não pode ser resolvido de forma simples. Contudo, aponta-se que falta dos dados que conectam a letalidade policial e a raça é algo grave principalmente do ponto de vista da necessidade de elaboração de políticas públicas voltadas para o combate da violência policial e, especialmente, o direcionamento dessa violência contra os jovens negros.

Assim, é importante se atentar para o fato que as instituições<sup>8</sup> são utilizadas como uma forma de manutenção dos interesses políticos e econômicos de determinado grupo racial, social etc. Essa é, em síntese, a construção do racismo institucional<sup>9</sup>, a partir da qual o racismo é entendido como dominação. Por essa concepção, a estabilidade do grupo que exerce o poder depende da sua capacidade de institucionalizar seus interesses, impondo regras que se aplicam a todos<sup>10</sup>. Nesse sentido, apontam Dennis Pacheco e Samira Bueno<sup>11</sup>:

“No Brasil, a violência sempre foi linguagem privilegiada de resolução de conflitos e manutenção do ordenamento social, ordem esta que demanda controle de territórios e corpos negros historicamente estigmatizados como perigosos. A transição da escravidão à República é marcada pela substituição do controle de

<sup>7</sup> PACHEO, Dennis e BUENO, Samira. **O crescimento da letalidade policial e a invisibilidade dos dados de raça no país**. G1, São Paulo: 03 de setembro de 2020. Disponível em <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/09/03/o-crescimento-da-letalidade-policial-e-a-invisibilidade-dos-dados-de-raca-no-pais.ghtml>. Acesso em 15 de fev. de 2021.

<sup>8</sup> Aqui entende-se como instituições a definição apresentada por Joachim Hirsch citado por Silvio Almeida na obra *Racismo Estrutural*: “As instituições são “[...] modos de orientação, rotinização e coordenação de comportamentos que tanto orientam a ação social como a torna normalmente possível, proporcionando relativa estabilidade aos sistemas sociais”. (HIRSCH, Joachim. apud ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. p. 38.)

<sup>9</sup> ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. p. 36-37.

<sup>10</sup> Idem.

<sup>11</sup> PACHEO, Dennis e BUENO, Samira. **O crescimento da letalidade policial e a invisibilidade dos dados de raça no país**. G1, São Paulo: 03 de setembro de 2020. Disponível em <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/09/03/o-crescimento-da-letalidade-policial-e-a-invisibilidade-dos-dados-de-raca-no-pais.ghtml>. Acesso em 15 de fev. de 2021.

corpos negros por seus senhores em regime privado, ao seu exercício por instituições públicas. Na esteira desta continuidade, a noção de “fundada suspeita”, que informa tanto a escolha de quem abordar como da maneira com que se aborda e faz o uso da força por parte das polícias, é, historicamente, construída sobre raça/cor, vestimenta, linguagem e idade, criminalizando elementos do universo popular da cultura jovem negra e periférica, negando-lhes o direito à cidade por abordagens constantes e frequentemente, letais.”

Assim, é possível entender o uso da violência institucional contra os negros como parte de um projeto político que visa manter certos grupos no poder, em detrimento da vida de outras minorias sociais, entre elas, os negros. Não seria por acaso que essa é a população que mais morre em homicídios, segundo os dados mencionados acima. Tampouco seria despropositada a falta de dados relacionando às vítimas da letalidade policial e a raça.

Um avanço em relação a teoria do racismo institucional apresentada acima é o racismo estrutural. A partir dessa concepção, o racismo expressado pelas instituições é a materialização de “uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos”<sup>12</sup>. Portanto, uma vez que se entende o racismo como parte da sociedade, a única maneira de combatê-lo, do ponto de vista institucional, seria por meio da implementação de práticas antirracistas efetivas<sup>13</sup>.

Essa concepção demonstra como a ausência de dados acerca do tema é problemática. Para garantir a efetividade de uma política pública antirracista relacionada à letalidade, primeiro seria necessário entender, com base em evidências e estatísticas concretas, o problema a ser enfrentado. A partir desse ponto, definida a estratégia, podem ser traçadas metas para a política pública e permitir que haja o controle sobre a sua efetividade.

Perceba-se que não se pretende argumentar que já não existem fortes fundamentos para que se aponte que o jovem negro é a maior vítima da letalidade policial. Contudo, é necessário que essas informações sejam fornecidas pela Secretaria de

---

<sup>12</sup> ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**, cit. p. 47

<sup>13</sup> Ibidem p. 48



Segurança Pública de cada estado para que a pesquisa acerca desse tema possa ser desenvolvida em maior profundidade.

O tema do racismo se conecta com o presente trabalho principalmente pelo paralelo com a concepção de “currículo oculto”. Os estudos sobre o currículo oculto demonstram que, no contexto escolar, mesmo não existindo a produção materiais racistas e poucos forem os professores abertamente racistas, o racismo ainda será disseminado por meio da estrutura da escola. Isso porque maneiras de perpetuar o racismo de formas sutis estão presentes no discurso educacional, seja ele expresso pela linguagem ou pela prática.<sup>14</sup>

Argumenta-se que o presente trabalho, embora não se debruce sobre essa discussão, aponte para a existência de uma “prescrição oculta”. Embora as decisões judiciais sejam teoricamente neutras, sem dados ou informações sobre a raça das vítimas, essas podem esconder uma propensão ao racismo dos julgadores ou ao menos um preconceito em relação à vítima e o contexto de sua morte. Dessa forma, as curtas decisões aplicando a prescrição, em desacordo com orientações dos tribunais superiores ou sem considerar argumentos levantados pelos autores da ação, podem implicar em um discurso de preconceito oculto oriundo de juízes que não se proporem a discutir a grave violação de direitos fundamentais presente nesses casos, conforme se discutirá nos capítulos a seguir.

## 1.2 CASOS DE VIOLÊNCIA POLICIAL DE GRANDE REPERCUSSÃO E A MOBILIZAÇÃO DE FAMILIARES DAS VÍTIMAS

O contexto geral da violência policial no Brasil é marcado por alguns eventos históricos de grande repercussão e que não podem ser ignorados quando se pretende estudar o tema. No presente trabalho, serão apresentados três casos fundamentais para a compreensão do cenário atual da letalidade policial: o Massacre do Carandiru, a formação e estruturação do Primeiro Comando da Capital (“PCC”) e os Crimes de Maio.

---

<sup>14</sup> GHOSH, Ratna. **Racism: A Hidden Curriculum**. Education Canada, Canadá, v48, nº 4, p. 26-29. Agosto, 2008.

Como já exposto em sede introdutória, o presente trabalho reconhece a importância dos movimentos sociais de familiares de vítimas da letalidade policial. O movimento Mães de Maio foi o primeiro a se organizar nesse sentido, demandando dentre outras questões, uma resposta estatal. Ao ter contato com o movimento, passa-se por um resgate histórico dos eventos recentes de letalidade policial, principalmente, como não poderia deixar de ser, os Crimes de Maio.

Assim, os Crimes de Maio foram escolhidos como ponto de partida para a contextualização do cenário da violência policial no estado de São Paulo, pois trata-se de evento marcante para a sociedade brasileira. Conforme será apresentado nos próximos parágrafos, durante esse período, centenas de civis e dezenas de agentes do Estado foram mortos. As mortes dos policiais durante esses eventos foram apuradas segundo o trâmite legal. Por outro lado, as mortes dos civis muitas vezes tiveram de ser investigadas pelos próprios familiares, demonstrando o descaso do Estado com essas famílias<sup>15</sup>.

Já o Massacre do Carandiru e a estruturação do PCC são eventos que, além de terem importância própria, são também essenciais para entender os Crimes de Maio, conforme se demonstrará a seguir.

Nos três eventos citados existe uma disputa narrativa acerca dos fatos. Essa disputa ocorre na esfera pública, sendo que a construção social da descrição do ocorrido é feita em parte pelos processos jurídicos. Assim, a versão dos fatos entre acusação e defesa, autor e réu, policiais e presos/familiares de vítimas nos autos desses processos é muito relevante. Outra parte da construção da narrativa é realizada por:

“[S]obreviventes, familiares, funcionários, policiais, passantes, ambulantes, espectadores de telejornais, enfim, todos aqueles que ainda guardam na memória a experiência daquele dia – e que falam sobre ela na esfera pública”<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> UNIFESP, Centro de Antropologia e Arqueologia Forense. **Violência de Estado no Brasil: uma análise dos Crimes de Maio de 2006 na perspectiva da antropologia forense e da justiça de transição**. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2019. p. 7.

<sup>16</sup> MACHADO, Marta Rodriguez de Assis. *et al.* **Massacre Do Carandiru + 23: Inação, descontinuidade e resistências**. In: MACHADO, Máira Rocha. MACHADO, Marta Rodriguez de Assis (org). Carandiru não é coisa do passado: um balanço sobre os processos, as instituições e as narrativas 23 anos após o Massacre. São Paulo: FGV Direito SP, 2015. p. 44-45.

Por esse motivo, a tentativa de construir uma versão dos fatos de forma mais precisa possível leva em consideração os laudos periciais, depoimentos de autoridades, policiais, sobreviventes e carcereiros<sup>17</sup>. Com relação ao Massacre do Carandiru, escolheu-se apresentar no presente trabalho um breve resumo de fatos e dados relativos a esse triste marco da história brasileira, como assim o fez Juliana Pereira<sup>18</sup>.

Em 02 de outubro de 1992, uma sexta-feira chuvosa, uma briga entre presos do Pavilhão 9 da Casa de Detenção de São Paulo desencadeou, por volta das 14h00, uma rebelião. Aproximadamente às 14h30, o Coronel Ubiratan Guimarães, comandante do Policiamento Metropolitano de São Paulo, chegava ao local, sendo autorizado pelo Secretário de Segurança Pública, por telefone, a controlar o motim. Um total de 347 policiais participaram da ação.<sup>19</sup>

Entre 16h30 e pouco antes de 18h00 os policiais entraram no Pavilhão 9, fortemente armados<sup>20</sup>. No início da invasão, Ubiratan Guimarães foi ferido por uma pequena explosão, assumindo o controle da operação o capitão Wilton Brandão Filho.

Na operação, ao menos 111 presos foram mortos.

Por volta das 18h00, os policiais envolvidos na invasão ordenaram que os sobreviventes carregassem todos os cadáveres para uma sala no primeiro andar. Outros elementos do local dos fatos também foram descaracterizados: roupas, lençóis e objetos manchados de sangue foram queimados e as celas e corredores lavados<sup>21</sup>.

Somente dois dias depois dos fatos a relação de mortos pelo Massacre foi afixada no portão da prisão para conhecimento dos familiares, sem especificação de para onde os corpos foram enviados.

---

<sup>17</sup> PEREIRA, Juliana. **Narrativas Silenciadas: memórias que a morte não apaga**. In: MACHADO, Máira Rocha. MACHADO, Marta Rodriguez de Assis (org). Carandiru não é coisa do passado: um balanço sobre os processos, as instituições e as narrativas 23 anos após o Massacre. cit. p. 164.

<sup>18</sup> Ibidem. p. 159-178.

<sup>19</sup> PEREIRA, Juliana. **Narrativas Silenciadas: memórias que a morte não apaga**, cit. p. 164.

<sup>20</sup> "Armados com revólveres, metralhadoras alemãs, fuzis M-16, pistolas, punhais e um lança-bombas os policiais entraram no local" (PEREIRA, Juliana. **Narrativas Silenciadas: memórias que a morte não apaga**. cit. p. 164.)

<sup>21</sup> PEREIRA, Juliana. **Narrativas Silenciadas: memórias que a morte não apaga**, cit. p. 165.

Após o Massacre do Carandiru, vários presos da Casa de Detenção de São Paulo foram transferidos para a Casa de Custódia de Taubaté, o que era considerado um castigo pelos presos<sup>22</sup>. O referido conjunto prisional era conhecido pelas condições subumanas e tortura dos detentos. Havia uma disputa entre os presos da capital e do interior. Foi então organizado um campeonato de futebol e o time dos presos da capital foi chamado de “Primeiro Comando da Capital” (“PCC”). Os presos do interior não quiseram participar do campeonato.

Organizados e motivados pela rixa preexistente, os presos da capital conseguiram acessar o andar em que os presos do interior ficavam, por fim, executando-os. Nas palavras de José Márcio Felício, conhecido como Geleirão, nesse momento foi formado o PCC<sup>23</sup>. O PCC lutava contra a opressão do Estado e pela solidariedade entre os presos para enfrentar o desrespeito de direitos básicos. Segundo Dias<sup>24</sup>, o PCC estruturou-se de acordo com a lógica de um partido político, representando o interesse dos presos, negociando e estabelecendo acordos com o Estado.

O PCC foi constituído com base nesses ideais, tendo como lema as palavras “Paz, justiça, liberdade, igualdade e união”<sup>25</sup>. Contudo, segundo o documentário “PCC – Primeiro Cartel da Capital” atualmente, existem indícios de que o PCC tenha se tornado um cartel, controlando as rotas de cocaína que passam pelo país. Também é questionado se o PCC age em defesa dos presos ou dos próprios interesses econômicos<sup>26</sup>.

Em 2005, mais de uma década depois da formação do PCC, havia um boato de uma grande rebelião antes das eleições presidenciais de 2006, em uma tentativa de

---

<sup>22</sup> **PCC – Primeiro Cartel da Capital.** – Parte 1 – Origem. Direção: João Wainer. Produção de MOV.doc. TVUOL. 19 de nov. de 2019. 17 min. Disponível em: < <https://tvuol.uol.com.br/video/pcc--primeiro-cartel-da-capital--parte-1--origem-04028D18326AC8B96326>>. Acesso em: 16 de fev. de 2021.

<sup>23</sup> Ibidem.

<sup>24</sup> Dias, Camila Caldeira Nunes apud UNIFESP, Centro de Antropologia e Arqueologia Forense. **Violência de Estado no Brasil: uma análise dos Crimes de Maio de 2006 na perspectiva da antropologia forense e da justiça de transição.** cit. p. 42.

<sup>25</sup> **PCC – Primeiro Cartel da Capital.** – Parte 1 – Origem. Direção: João Wainer, cit.

<sup>26</sup> **PCC – Primeiro Cartel da Capital.** – Parte 3 – Cartel. Direção: João Wainer. Produção de MOV.doc. TVUOL. 19 de nov. de 2019. 14 min. Disponível em: < <https://tvuol.uol.com.br/video/pcc--primeiro-cartel-da-capital--parte-1--origem-04028D18326AC8B96326>>. Acesso em: 16 de fev. de 2021.

influenciar o resultado da disputa<sup>27</sup>. Empenhado em antecipar-se e conter a rebelião, o governo do estado de São Paulo teria transferido os líderes do PCC para prisões de segurança máxima. Contudo, informações dessa operação teriam vazado levando a ataques do PCC.

Informações jornalísticas apontam que os motivos da revolta teriam sido, na verdade, os achques e sequestros praticados por policiais civis no município de São Paulo<sup>28</sup>, bem como a superlotação carcerária. Segundo o estudo “Violência de Estado no Brasil: uma análise dos Crimes de Maio de 2006 na perspectiva da antropologia forense e da justiça de transição” da UNIFESP, é claro que as rebeliões foram coordenadas pelo PCC, como forma de demonstrar a sua força<sup>29</sup>.

As rebeliões tiveram início no dia 12 de maio na penitenciária Avaré I. Nesse primeiro dia, três unidades de segurança máxima e três penitenciárias aderiram ao movimento. No dia 13 de maio, outras dezenove penitenciárias juntaram-se ao movimento. No dia 14 de maio, houve adesão de 28 penitenciárias e dezenove centros de detenção. Ao final, 74 das 144 unidades prisionais do estado de São Paulo participaram das rebeliões<sup>30</sup>, 59 agentes de segurança foram mortos e mais de 90 ônibus foram incendiados<sup>31</sup>. Todas as rebeliões se encerraram no dia 15 de maio por volta das 16h00, supostamente por ordens do PCC. O jornal Folha de S. Paulo publicado no dia

---

<sup>27</sup> Miraglia e Salla apud UNIFESP, Centro de Antropologia e Arqueologia Forense. **Violência de Estado no Brasil: uma análise dos Crimes de Maio de 2006 na perspectiva da antropologia forense e da justiça de transição**. cit. p. 44.

<sup>28</sup> GODOY, Marcelo. **Achaques e sequestros de parentes provocaram atentados do PCC**. O Estado de S. Paulo, São Paulo: 5 de maio de 2008. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20080505-41838-nac-31-cid-c4-not>. Acesso em 16 de fev. de 2021.

<sup>29</sup> UNIFESP, Centro de Antropologia e Arqueologia Forense. **Violência de Estado no Brasil: uma análise dos Crimes de Maio de 2006 na perspectiva da antropologia forense e da justiça de transição**. cit. p. 46.

<sup>30</sup> Idem.

<sup>31</sup> **PCC – Primeiro Cartel da Capital. – Parte 2** – Marcola. Direção: João Wainer. Produção de MOV.doc. TVUOL. 19 de nov. de 2019. 14 min. Disponível em: < <https://tvuol.uol.com.br/video/pcc--primeiro-cartel-da-capital--parte-1--origem-04028D18326AC8B96326>>. Acesso em: 16 de fev. de 2021.

16 de maio, afirmou que houve uma reunião entre integrantes do governo e membros do PCC para que fosse negociado o fim da rebelião<sup>32</sup>.

Entre os dias 14 e 20 de maio de 2006, as forças policiais passaram a atacar a população com a justificativa de uma suposta resposta à rebelião e ataques organizados pelo PCC<sup>33</sup>. Nesse período, centenas de pessoas foram mortas aleatoriamente pelas forças policiais, a maioria jovens negros e habitantes da periferia das grandes cidades do estado<sup>34</sup>.

A Secretaria de Segurança Pública divulgou, em um primeiro momento, que 110 pessoas haviam sido mortas pela polícia no período de 12 a 20 de maio de 2006, todas com ligação ao PCC. No dia 24 de maio, o governo afirmou ter “descoberto” que 31 dessas pessoas não tinham vínculo com a organização criminosa. Com base nisso e nas diversas questões não respondidas sobre a morte de civis durante o período, foi criada, pela Assembleia Legislativa de São Paulo, a Comissão Especial da Crise da Segurança Pública do Estado de São Paulo com o objetivo de apurar os homicídios ocorridos durante o período.

O levantamento de documentos dos Institutos Médicos-Legais (IML) do Estado de São Paulo pela Comissão levou a conclusão de que 493 pessoas foram mortas por arma de fogo entre os dias 12 e 20 de maio de 2006. Esse é considerado o número mais preciso de homicídios durante esse período. Além dessas mortes, existem inúmeros casos de desaparecimento relacionados ao mesmo momento.

O movimento Mães de Maio se estruturou nesse mesmo ano, buscando preservar a memória das vítimas, pressionar as autoridades pela verdade e justiça acerca dos fatos ocorridos. A organização e união desses familiares possibilitou que mais pessoas buscassem a responsabilização dos agentes policiais e do próprio Estado brasileiro pela morte de seus familiares. Dessa forma, a discussão da prescrição nas ações de

---

<sup>32</sup> UNIFESP, Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, **Violência de Estado no Brasil: uma análise dos Crimes de Maio de 2006 na perspectiva da antropologia forense e da justiça de transição**. cit. p. 47.

<sup>33</sup> Ibidem, p. 51.

<sup>34</sup> IHRC. **São Paulo sob ataque: corrupção, crime organizado e violência institucional em maio de 2006**. IHRC International Human Rights Clinic/Justiça Global, 2011, p. 58-59.

indenização por letalidade policial se torna ainda mais relevante, uma vez que pode representar um obstáculo para que os direitos desses indivíduos sejam garantidos.

Infelizmente, a história da letalidade policial no Brasil não se limita a apenas os fatos narrados acima, tampouco acabou com os eventos de maio de 2006. Conforme apresentado neste capítulo em apertada síntese, a situação atual da violência policial no Brasil vem de um contexto de um racismo estrutural, que não encontra políticas antirracistas efetivas buscando reprimi-las e de familiares de vítimas que precisam se esforçar sozinhas na produção de provas e busca por justiça. Por esse motivo, é necessário continuar falando e aprofundando o tema, buscando assegurar a reparação dos familiares das vítimas.

## 2 A REPARAÇÃO CIVIL CONTRA O ESTADO EM CASOS DE VIOLÊNCIA ESTATAL: A REPARAÇÃO CIVIL COMO FORMA DE JUSTIÇA

Existem parâmetros de Direitos Humanos que estabelecem um consenso acerca da reparação integral nos casos de violações extremas. Exemplos disso são as disposições, constantes de inúmeros instrumentos internacionais, que consagram o direito de recurso para as vítimas de violações das normas internacionais de Direitos Humanos, em particular o artigo 8º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o artigo 2º do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos e o artigo 14º da Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes<sup>35</sup>.

Por sua vez, a Assembleia Geral das Nações Unidas, na Resolução nº 60/147 “Princípios e Diretrizes Básicas sobre o Direito a Recurso e Reparação para Vítimas de Violações Flagrantes das Normas Internacionais de Direitos Humanos e de Violações Graves do Direito Internacional Humanitário” de 2005 (“Resolução”) estipula, dentre os princípios básicos firmados, a necessidade da reparação adequada, efetiva e imediata com o intuito de promover justiça nos casos de graves violações às leis internacionais humanitárias. Em conformidade com as leis nacionais e internacionais e como forma de expandir a perspectiva do conceito de reparação, a resolução elenca as seguintes formas do dever de reparar: restituição, indenização, reabilitação, satisfação e garantias de não-repetição. Confira-se:

“Em casos de violações flagrantes das normas internacionais de direitos humanos e de violações graves do direito internacional humanitário que constituam crimes ao abrigo do direito internacional, os Estados têm o dever de investigar e, se existirem provas suficientes, o dever de submeter a processo-crime a pessoa alegadamente responsável pelas violações e, se esta for considerada culpada, o dever de a punir. Para além disso, nestes casos, os Estados devem, em conformidade com o direito internacional, cooperar entre si e auxiliar os órgãos jurisdicionais internacionais na investigação e julgamento de tais violações.”<sup>36</sup>

---

<sup>35</sup> Assembleia Geral das Nações Unidas. **Resolução 60/147**. AG Index: A/60/509/Add.1, 16 de dezembro de 2005.

<sup>36</sup> Idem.



No que concerne a definição de cada uma dessas formas de reparação têm-se o que se segue. A restituição deve retornar a vítima ao seu estado anterior a violação. Nos termos da Resolução esses direitos compreendem, conforme for adequado o: “restabelecimento da liberdade, gozo dos direitos humanos, identidade, vida familiar e cidadania, regresso ao respetivo local de residência, reintegração no emprego e devolução de bens”.

A indenização deve ser proporcional à gravidade dos danos sofridos pela vítima, sejam eles danos físicos, morais ou materiais, incluindo as hipóteses de perda de uma chance, lucros cessantes (inclusive a possibilidade de lucros cessantes) e todas as despesas com assistência médica, psicológica, jurídica e com outros serviços sociais.

Por sua vez, a reabilitação implica na prestação de assistência médica e psicológica, assim como serviços jurídicos e outros serviços sociais.

A satisfação inclui um rol de medidas estatais visando tornar pública a verdade dos fatos e evitar que novas violações ocorram. Segundo a Resolução, a satisfação deve incluir todas ou algumas das seguintes medidas:

- “a) Medidas eficazes com vista à cessação de violações contínuas; b) Verificação dos fatos e revelação pública da verdade na medida em que tal revelação não cause danos adicionais nem ameace a segurança e os interesses da vítima, dos familiares da vítima, de testemunhas ou de pessoas que tenham tido alguma intervenção para auxiliar a vítima ou impedir a ocorrência de novas violações; c) Busca do paradeiro de pessoas desaparecidas, da identidade de crianças raptadas e do corpo de pessoas assassinadas, e assistência na recuperação, identificação e exumação dos cadáveres em conformidade com os desejos expressos ou presumidos das vítimas, ou as práticas culturais das suas famílias e comunidades; d) Declaração oficial ou decisão judicial que restabeleça a dignidade, a reputação e os direitos da vítima e de pessoas estreitamente ligadas à vítima; e) Desculpa pública, incluindo o reconhecimento dos fatos e a aceitação de responsabilidades; f) Sanções judiciais e administrativas contra as pessoas

responsáveis pelas violações; g) Comemorações e homenagens às vítimas; h) Inclusão de informações exatas sobre as violações ocorridas na formação incidente sobre as normas internacionais de direitos humanos e direito internacional humanitário e nos materiais didáticos para todos os níveis de ensino”.<sup>37</sup>

As garantias de não-repetição incluem medidas de prevenção para que a violação não ocorra novamente. Conforme a resolução, as garantias de não-repetição incluem todas ou algumas das seguintes medidas:

“a) Garantia de um controle efetivo das forças militares e de segurança pelas autoridades civis; b) Garantia de que todos os procedimentos civis e militares observam as normas internacionais relativas às garantias processuais, à equidade e à imparcialidade; c) Reforço da independência do poder judicial; d) Proteção dos profissionais das áreas da justiça, da medicina e dos serviços de saúde, dos profissionais da comunicação social e outras profissões conexas, e dos defensores de direitos humanos; e) Prestação, a título prioritário e de forma continuada, de educação em matéria de direitos humanos e direito internacional humanitário a todos os setores da sociedade e de formação nessas áreas aos funcionários responsáveis pela aplicação da lei, bem como às forças militares e de segurança; f) Promoção da observância de códigos de conduta e normas éticas, em particular normas internacionais, por parte dos funcionários públicos, incluindo funcionários responsáveis pela aplicação da lei e pessoal da administração penitenciária, meios de comunicação social, serviços médicos, psicológicos e sociais e pessoal militar, bem como por parte das empresas comerciais; g) Promoção de mecanismos para a prevenção e monitorização de conflitos sociais e sua resolução; h) Revisão e alteração de leis que favoreçam ou permitam violações flagrantes das normas internacionais de direitos humanos e violações graves do direito internacional humanitário.”<sup>38</sup>

Dessa forma, é certo que familiares de vítimas da letalidade policial têm direito a uma indenização estatal pelas violações flagrantes das normas internacionais de Direitos Humanos, tratando-se de uma forma de compensação.

---

<sup>37</sup> Idem.

<sup>38</sup> Idem.

No âmbito interno, a Constituição Federal de 1988 apresenta o artigo 37, §6º, o qual determina a responsabilidade das pessoas jurídicas de Direito Público e das de Direito Privado prestadores de serviços públicos por danos causados por seus agentes a terceiros. Uma questão importante a ser observada na interpretação desse artigo é que a responsabilidade do Estado pelos danos causados pelos seus agentes é objetiva, ou seja, independe de dolo ou culpa.

Ademais, segundo o entendimento de Sérgio Cavalhieri Filho<sup>39</sup> “de acordo com a essência de vários julgados”, o necessário para que se determine a responsabilidade do Estado é que o exercício da atividade administrativa tenha proporcionado a oportunidade e/ou ocasião para o ato ilícito. Para o autor, os excludentes da responsabilidade estatal são: caso fortuito ou força maior e culpa exclusiva da vítima ou de terceiro<sup>40</sup>. Perceba-se que não está presente entre os excludentes a legítima defesa<sup>41</sup>.

Apesar da existência dessas previsões de mecanismos nacionais e internacionais de reparação de vítimas de graves violações de Direitos Humanos ou que sofreram danos decorrentes da atividade estatal, o já mencionado estudo “Letalidade Policial: uma Análise de Teses Jurídicas e Tramitação Processual em casos de Responsabilidade Civil”<sup>42</sup> demonstrou a dificuldade de assegurar o direito de indenização pelo Estado para as vítimas e familiares de vítimas da letalidade policial.

Conforme já apresentado em sede introdutória, o presente trabalho pretende aprofundar a discussão acerca da prescrição nessas ações. A problemática envolvida no

---

<sup>39</sup> CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 14ª ed. São Paulo: Atlas, 2020, p. 285.

<sup>40</sup> Ibidem, p. 287.

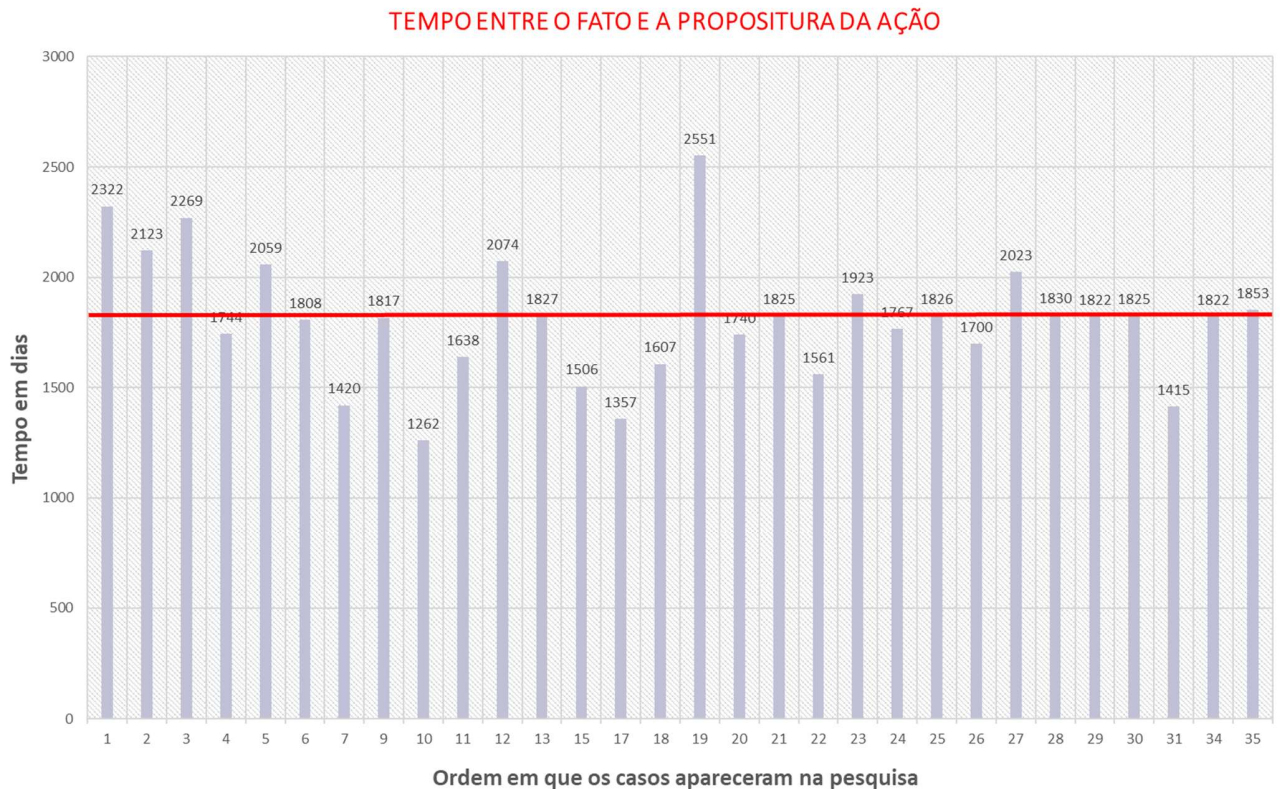
<sup>41</sup> Menciona-se aqui o instituto da legítima defesa, pois muito juízes ao decidirem casos de reparação civil por letalidade policial, importam a legítima defesa da esfera penal, sem discutir as implicações dessa técnica para o processo civil. Esse comentário baseia-se em pesquisa realizada anteriormente pela autora do presente trabalho, como será apresentado a seguir.

<sup>42</sup> FAZAN, Beatriz e SAID, Ana Carolina. **Letalidade Policial: uma Análise de Teses Jurídicas e Tramitação Processual em casos de Responsabilidade Civil**. Trabalho apresentado no âmbito do Projeto Multidisciplinar “Quem Policia a Polícia: aspectos jurídicos da atuação policial e o Estado de Direito”. São Paulo: 2019.

indeferimento das ações pela prescrição é que nesses casos não há análise dos fatos e argumentos jurídicos suscitados, ante ao acolhimento da questão prejudicial. De acordo com o já mencionado, o principal ponto controvertido no que concerne a prescrição é o momento de início da contagem do prazo: se desde a morte do familiar ou a partir do arquivamento do inquérito policial.

Assim, averiguou-se na pesquisa supracitada a contagem dos dias entre a data do fato e a proposição da ação. Percebeu-se que, se a tese da prescrição quinquenal a partir da data do fato fosse utilizada, muitas ações já teriam prescrito e outras já estavam muito perto de alcançarem o prazo prescricional. Gráficamente, contabilizando o início do prazo como a data do fato tem-se que a linha vermelha representa o prazo prescricional:

**Gráfico 1 – Tempo entre o fato e a propositura da ação**



Fonte: Fazan (2019)<sup>43</sup>

Percebe-se, portanto, a importância de estudar a prescrição nesses casos específicos de reparação por letalidade policial. Dessa forma, o próximo capítulo dedica-se a aprofundar a discussão teórica sobre o tema da prescrição nos casos de reparação por letalidade policial.

### **3 REPARAÇÃO CIVIL EM CASOS DE CRIMES E O IMPEDIMENTO DA PRESCRIÇÃO PREVISTA NO ART. 200 DO CÓDIGO CIVIL**

<sup>43</sup> FAZAN, Beatriz e SAID, Ana Carolina. **Letalidade Policial: uma Análise de Teses Jurídicas e Tramitação Processual em casos de Responsabilidade Civil**. Trabalho apresentado no âmbito do Projeto Multidisciplinar “Quem Policia a Polícia: aspectos jurídicos da atuação policial e o Estado de Direito”. São Paulo: 2019. p. 11.

### 3.1 A PRESCRIÇÃO

O conceito de prescrição pode ser de difícil compreensão e distinção do conceito de decadência até para aqueles que têm formação jurídica, porém não possuem atuação prática na área civil. Busca-se neste trabalho uma conceituação que possa ser facilmente compreendida por todos os operadores do direito a quem esse tema possa interessar.

O primeiro passo é entender que o tempo tem um papel muito relevante nas relações jurídicas. Dessa maneira, em caráter de ilustração da aplicabilidade da prescrição, supõem-se a relação entre um credor, que pode ser um banco, por exemplo, e um devedor, qualquer pessoa física. O sistema jurídico garante ao credor o direito de cobrar o devedor, inclusive judicialmente. Contudo, esse direito não se estende indefinidamente no tempo. A legislação prevê a extinção tanto do direito em si, chamada de decadência, quanto da possibilidade de fazê-lo valer pela via judicial, entendida como prescrição.

Conforme é perceptível pela descrição acima, a distinção entre a prescrição e a decadência não é simples ou intuitiva, sendo tema de muito debate na área jurídica. Apesar disso, deve ser clara a compreensão de que, conforme aponta Rizzardo<sup>44</sup>, o que deixa de existir com a prescrição é a “ação para a defesa de determinado direito, em razão da inércia ou omissão de um titular ante violações ou ofensas desse direito, durante um período de tempo para exercitar a defesa”, ou seja, a possibilidade de postular em juízo.

A existência da prescrição e da decadência deve-se à necessidade de atribuir segurança jurídica ao ordenamento. Venosa<sup>45</sup> expressa essa ideia destacando que caso a decadência e a prescrição não existissem seria necessário que se guardasse todos os

---

<sup>44</sup> RIZZARDO, Arnaldo; FILHO, Arnaldo Rizzardo; RIZZARDO, Carine Ardisson. **Prescrição e Decadência**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. p. 14.

<sup>45</sup> VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**. 13ª ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 572.

documentos dos negócios jurídicos feitos durante a vida e todos os registros de negócios jurídicos realizados por familiares, inclusive os já falecidos.

Nesse contexto, existem causas que interferem na contagem do prazo prescricional - isto é, de alguma maneira obstam que o tempo transcorrido entre a violação de um direito e a extinção da possibilidade de postular em juízo requerendo a reparação seja contado. Esse óbice pode ocorrer de três maneiras distintas: impedindo o prazo prescricional, suspendendo-o ou interrompendo-o.

O impedimento acontece quando antes mesmo da violação do direito há uma causa que impossibilita o início da contagem do prazo prescricional. Um exemplo de impedimento é apresentado pelo artigo 200 do Código Civil, que determina que quando a ação cível se originar de fato a ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição, tema tratado no item 3.3, a seguir.

A suspensão ocorre quando sucede uma causa superveniente ao início do prazo prescricional que faz o tempo parar de ser contado. Um exemplo de suspensão é a previsão do artigo 198, III do Código Civil, que determina a suspensão de prazos prescricionais em tempo de guerra para aqueles que estiverem servindo nas Forças Armadas<sup>46</sup>.

As causas que interrompem a prescrição, por sua vez, são aquelas previstas no artigo 202 do Código Civil. Na ocorrência de uma dessas causas, como por exemplo o ato judicial que constitui em mora do devedor (artigo 202, V do Código Civil), o tempo decorrido desde a violação do direito fica inutilizado, sendo que a contagem do prazo prescricional é iniciada novamente.

Nessa conjuntura, necessário apontar que as causas que levam ao impedimento e à suspensão da prescrição geralmente não são definidas *a priori*. Existem situações como por exemplo a incapacidade, que se for preexistente à violação do direito será caso

---

<sup>46</sup> VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**. cit. p. 588.

de impedimento; já se for reconhecida após o início da contagem do prazo prescricional, será caso de suspensão.

O Código Civil prevê no artigo 205 que, exceto em casos em que haja previsão de legislativa de um prazo prescricional menor, a prescrição ocorrerá em dez anos, chamada de prescrição ordinária. Por sua vez, o artigo 206 desse mesmo Código traz uma lista de casos especiais definindo prazos de prescrição de um a cinco anos.

### 3.2 A PRESCRIÇÃO NAS AÇÕES MOVIDAS CONTRA A FAZENDA PÚBLICA

O termo “Fazenda Pública” é fruto da prática forense, indicando a presença de pessoas jurídicas do direito público postulando em juízo<sup>47</sup>. Dessa forma, quando, nos termos artigo 41 do Código Civil, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, os Municípios, as autarquias, inclusive as associações públicas ou demais entidades de caráter público criadas por lei, forem partes em um processo, elas serão intituladas Fazenda Pública Federal, Estadual etc. a depender do contexto.

A seguir apresenta-se um panorama histórico sobre as regras que definem a prescrição em ações movidas contra a Fazenda Pública. Essa contextualização é útil pois ilustra quais normas a esse respeito existem e sua cronologia. Sua compreensão, por sua vez, é fundamental para a interpretação da discussão sobre as regras aplicáveis aos casos, como será apresentado no capítulo 4.

Nesse quadro, a primeira previsão específica de prescrição das ações movidas contra a Fazenda Pública surgiu com o artigo 178, §10, IV do Código Civil de 1916, que determinou que seria de cinco anos o prazo prescricional para as dívidas passivas da União, dos Estado e dos Municípios, e bem assim toda e qualquer ação contra a Fazenda

---

<sup>47</sup> “Em algumas espécies de demanda, as pessoas de direito público têm sido nominadas de Fazenda Pública, e daí expressões decorrentes, como Fazenda Federal, Fazenda Estadual e Fazenda Municipal. Trata-se de mera praxe forense, usualmente explicada pelo fato de que o dispêndio com a demanda é debitado ao erário da respectiva pessoa. Entretanto, Fazenda Pública igualmente não é pessoa jurídica, de modo que, encontrando-se tal referência no processo, deverá ela ser interpretada como indicativa de que a parte é a União, o Estado, o Município e, enfim, a pessoa jurídica a que se referir a Fazenda.” (CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 28<sup>a</sup> ed. São Paulo: Atlas, 2015. p. 1150.



Federal, Estadual ou Municipal. Esse mesmo artigo estabelecia que o prazo prescricional deveria ser contado a partir da data do ato ou fato do qual se originar a mesma ação.

Em 1932, foi editado o Decreto 29.910/32 o qual possui, em seu artigo 1º, previsão idêntica ao do Código Civil de 1916, ou seja, as ações nas quais a Fazenda Pública figurar como sujeito passivo prescrevem em cinco anos, a contar da data do fato.

Em 1942, foi publicado o Decreto-Lei 4.597/42, que amplia, em seu artigo 2º, o alcance da prescrição, a qual passou a ser aplicada também para ações em razão dívidas passivas das autarquias ou entidades paraestatais, criados por lei ou quaisquer contribuições.

Em 2001, a Medida Provisória 2.180-35 determinou que o artigo 1º-C fosse incluído na Lei 9.494/97, definindo que o prazo prescricional de cinco anos fosse empregado naquelas ações que buscam “o direito de obter indenização dos danos causados por (...) pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos”. Dessa forma, o âmbito de aplicação da prescrição quinquenal foi ampliado para qualquer prestadora de serviço público, não mais se limitando aquelas que tenham sido criadas por lei ou mantidas por impostos, taxas ou outras contribuições.

Em razão da prescrição não ter sido totalmente regulada pelo artigo 1º-C da lei 9.494/97, a interpretação é de convivência entre o mencionado dispositivo e o Decreto 20.910/97.

O atual Código Civil (Lei nº 10.406/02) não possui nenhuma previsão específica acerca da prescrição de ações propostas contra a Fazenda Pública. No entendimento de Rui Stoco, “[e]ssa omissão foi intencional e pertinente, pois o Código Civil não rege as relações informadas pelo Direito Público, entre o administrador e o administrado”<sup>48</sup>.

Apesar disso e da existência de normas específicas sobre o tema conforme supracitado, dois acórdãos do STJ de 2009 determinaram a aplicação da regra do artigo

---

<sup>48</sup> STOCO, Rui. **Tratado de responsabilidade civil. Doutrina e Jurisprudência**. 7 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007. P. 307.

206, §3º, V do Código Civil, que prevê a prescrição de três anos para pretensões de reparação civil. Confira-se:

“EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA ENTRE OS ARESTOS CONFRONTADOS. NÃO-CONHECIMENTO.

1. Hipótese em que o acórdão da Primeira Turma solucionou a questão do prazo prescricional para o ajuizamento de ações indenizatórias contra a Fazenda Pública, segundo a regra de transição prevista no art. 2.028 do Novo Código Civil. Circunstância temporal inexistente nos arestos da Segunda Turma, que analisaram a matéria à luz apenas do Decreto 20.910/1932, pois ainda não vigorava o Novo Código Civil.

**2. O prazo prescricional para pleitear indenização contra a Fazenda Pública foi reduzido para três anos, nos termos do art. 206, § 3º, V, do CC.**

3. Embargos de Divergência não conhecidos.”<sup>49</sup> (sem ênfase no original)

“ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. PRESCRIÇÃO.

DECRETO Nº 20.910/32. ADVENTO DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. REDUÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL PARA TRÊS ANOS.

1. O legislador estatuiu a prescrição de cinco anos em benefício do Fisco e, com o manifesto objetivo de favorecer ainda mais os entes públicos, estipulou que, no caso da eventual existência de prazo prescricional menor a incidir em situações específicas, o prazo quinquenal seria afastado nesse particular. Inteligência do art. 10 do Decreto nº 20.910/32.

**2. O prazo prescricional de três anos relativo à pretensão de reparação civil ? art. 206, § 3º, V, do Código Civil de 2002 ? prevalece sobre o quinquênio previsto no art. 1º do Decreto nº 20.910/32.**

3. Recurso especial provido.”<sup>50</sup> (sem ênfase no original)

Essas decisões, assim como outras proferidas por tribunais de justiça, geraram uma grande insegurança jurídica acerca de qual seria o prazo prescricional a ser aplicado nas ações contra a Fazenda Pública. Em razão disto, o Superior Tribunal de Justiça pacificou a questão em decisão do Ministro Mauro Campbell Marques, que determinou a aplicação da disposição da lei especial – o artigo 1º do Decreto 20.910/32 – nas ações propostas contra a Fazenda Pública, por meio de recurso representativo de controvérsia

<sup>49</sup> BRASIL. STJ. EREsp 1066063/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 23/09/2009, DJe 22/10/2009 - sem ênfase no original.

<sup>50</sup> BRASIL. STJ. REsp 1137354/RJ, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/09/2009, DJe 18/09/2009 – sem ênfase no original.

e submetido ao regime do artigo 543-C do Código de Processo Civil de 1973, conhecido como recurso repetitivo. Confira-se

**“ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA (ARTIGO 543-C DO CPC). RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. PRESCRIÇÃO. PRAZO QUINQUENAL (ART. 1º DO DECRETO 20.910/32) X PRAZO TRIENAL (ART. 206, § 3º, V, DO CC). PREVALÊNCIA DA LEI ESPECIAL. ORIENTAÇÃO PACIFICADA NO ÂMBITO DO STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.**

1. A controvérsia do presente recurso especial, submetido à sistemática do art. 543-C do CPC e da Res. STJ n 8/2008, está limitada ao prazo prescricional em ação indenizatória ajuizada contra a Fazenda Pública, em face da aparente antinomia do prazo trienal (art. 206, § 3º, V, do Código Civil) e o prazo quinquenal (art. 1º do Decreto 20.910/32).

2. O tema analisado no presente caso não estava pacificado, visto que o prazo prescricional nas ações indenizatórias contra a Fazenda Pública era defendido de maneira antagônica nos âmbitos doutrinário e jurisprudencial. (...)

**3. Entretanto, não obstante os judiciosos entendimentos apontados, o atual e consolidado entendimento deste Tribunal Superior sobre o tema é no sentido da aplicação do prazo prescricional quinquenal - previsto do Decreto 20.910/32 - nas ações indenizatórias ajuizadas contra a Fazenda Pública, em detrimento do prazo trienal contido do Código Civil de 2002.**

4. O principal fundamento que autoriza tal afirmação decorre da natureza especial do Decreto 20.910/32, que regula a prescrição, seja qual for a sua natureza, das pretensões formuladas contra a Fazenda Pública, ao contrário da disposição prevista no Código Civil, norma geral que regula o tema de maneira genérica, a qual não altera o caráter especial da legislação, muito menos é capaz de determinar a sua revogação. Sobre o tema: Rui Stoco ("Tratado de Responsabilidade Civil". Editora Revista dos Tribunais, 7ª Ed. - São Paulo, 2007; págs. 207/208) e Lucas Rocha Furtado ("Curso de Direito Administrativo". Editora Fórum, 2ª Ed. - Belo Horizonte, 2010; pág. 1042).

5. A previsão contida no art. 10 do Decreto 20.910/32, por si só, não autoriza a afirmação de que o prazo prescricional nas ações indenizatórias contra a Fazenda Pública foi reduzido pelo Código Civil de 2002, a qual deve ser interpretada pelos critérios histórico e hermenêutico. Nesse sentido: Marçal Justen Filho ("Curso de Direito Administrativo". Editora Saraiva, 5ª Ed. - São Paulo, 2010; págs. 1.296/1.299).

(...) 8. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime do artigo 543-C, do CPC, e da Resolução STJ 08/2008."<sup>51</sup> (sem ênfase no original)

<sup>51</sup> BRASIL. STJ. REsp 1251993/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/12/2012, DJe 19/12/2012 – sem ênfase no original.

Como o precedente citado foi julgado no regime especificado pelo artigo 543-C do Código de Processo Civil de 1973, em cumprimento ao determinado por esse artigo em seu §7º, I, os recursos especiais sobrestados na origem tiveram seguimento denegado na hipótese de o acórdão recorrido coincidir com a orientação do Superior Tribunal de Justiça. Tendo essa decisão em vista, não há o que se falar, ao menos desde 2012, em divergências jurisprudenciais significativas sobre qual a lei aplicável para se determinar o prazo prescricional em ações propostas contra a Fazenda Pública<sup>52</sup>.

### 3.3 O ARTIGO 200 DO CÓDIGO CIVIL

Ainda sobre o tema da prescrição, o artigo 200 do Código Civil prevê: “[q]uando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva”. Em outras palavras, a contagem do prazo prescricional para que se proponha ação civil é impedida até que seja finalizado o respectivo procedimento na esfera penal.

Esse dispositivo deve ser interpretado em conjunto com a previsão do artigo 935 desse mesmo Código, que dispõe sobre a independência da responsabilidade civil face a criminal, “não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal”.

Resta claro que a autonomia entre as esferas penal e cível não é absoluta, existindo contextos em que as duas formas de responsabilidade terão interferência mútua. Nesses casos, conforme o artigo citado, a justiça civil não poderá rediscutir as decisões do juiz criminal no que concerne à existência do fato ou a sua autoria.

---

<sup>52</sup> Conforme Entendimentos Recentes Do STJ: BRASIL. STJ. Agint No Resp 1651470/RN, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, Julgado Em 15/12/2020, Dje 18/12/2020; BRASIL. STJ. Agint No Resp 1704499/AL, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, Julgado Em 07/12/2020, Dje 11/12/2020; BRASIL. STJ. Agint No Resp 1775025/PE, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, Julgado Em 23/11/2020, Dje 25/11/2020; BRASIL. STJ. Agint No Aresp 1224294/RJ, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, Julgado Em 26/10/2020, Dje 28/10/2020; BRASIL. STJ. Aresp 1441458/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, Julgado Em 20/10/2020, Dje 17/11/2020,; entre outros.

Nesse mesmo sentido, aponta o artigo 66 do Código de Processo Penal” [n]ão obstante a sentença absolutória no juízo criminal, a ação civil poderá ser proposta quando não tiver sido, categoricamente, reconhecida a inexistência material do fato”.

Assim, a previsão do artigo 200 do Código Civil destina-se a prevenir que se tenham decisões destoantes entre o juízo criminal e cível, principalmente no que concerne à ocorrência do fato e sua autoria. Nesse sentido aponta Rizzardo<sup>53</sup>:

“Fica suspensa eventual pretensão reparatória a fim de não se chegar ao absurdo de surgir uma sentença condenatória a reparar o dano civil, e, depois, de proferir-se no juízo criminal, uma sentença penal absolutória, em que se declara a inexistência do fato ou da autoria”.

Por essa razão, caso a ação civil não dependa do que será determinado na ação penal, não ocorre o impedimento do prazo prescricional<sup>54</sup>. Para a aplicação do artigo 200 do Código Civil é necessário que haja dependência entre a definição da existência do fato e da autoria e o dever de reparar civilmente o dano causado.

Outra questão relevante a ser discutida na aplicação do artigo 200 do Código Civil é a interpretação da expressão “ação que se originar de fato que deva ser apurado no

<sup>53</sup> RIZZARDO, Arnaldo; FILHO, Arnaldo Rizzardo; RIZZARDO, Carine Ardissonne. **Prescrição e Decadência**. cit. p. 156.

<sup>54</sup> Como exemplo dessa conjuntura situação pode ser ilustrado pode ser citada a seguinte decisão do Superior Tribunal de Justiça: “O Tribunal a quo decidiu que se trata de prescrição contra a Fazenda Pública e que, tendo sido a ação ajuizada após o lapso temporal de 5 (cinco) anos previsto no art. 1º do Decreto nº 20.910/1932, reconheceu a perda do direito de ação. Também consignou que não há falar em interrupção do prazo prescricional, nos termos do art. 200 do Código Civil, pois a ação de reparação por descumprimento de cláusula contratual, a ser proposta no juízo cível, não dependia daquilo que seria apurado no juízo criminal.

De fato, não se trata de ação civil ex delicto na qual, enquanto pende a incerteza quanto à condenação criminal, não se pode consignar a prescrição de ação a ser proposta no juízo cível. Vale dizer, a reparação do dano ex delicto é consequente, isto é, será proposta de acordo com aquilo que foi decidido na ação penal e, nestes casos, a prescrição é interrompida.

O caso dos autos trata de ação de reparação civil proposta contra o Estado por descumprimento de cláusula contratual, sendo que a apuração do fato cível, qual seja, a verificação do descumprimento do contrato, em nada depende da ação penal.

Recurso especial improvido” (REsp nº 1.371.444/PE, da 2ª Turma, j. em 02.05.2013, DJe de 16.05.2013, rel. Min. Humberto Martins).

juízo criminal”. Rizzardo<sup>55</sup> e Stoco<sup>56</sup> entendem que o impedimento da prescrição só ocorre quando existe ação penal na qual se discute a autoria e a existência do fato.

Segundo esse entendimento, caso o impedimento prescricional previsto no supracitado artigo não dependesse do ajuizamento da ação penal, a regra do artigo 200 do Código Civil favoreceria a má-fé "pois bastaria a vítima não ingressar com a ação penal privada ou o Ministério Público não oferecer a denúncia para protelar indefinidamente no tempo o termo a quo da prescrição”.

Nesse sentido, os defensores dessa aceção apontam que, caso se impeça o início da prescrição para proposição da ação cível sem a existência de uma ação penal, nos casos de ação penal privada e condicionada, o prazo prescricional ficaria à disposição da vítima, que poderia decidir quando/se entrar com a ação penal, iniciando ou não o prazo prescricional.

Nesse sentido e conforme será explorado no próximo capítulo, os casos ação de reparação por letalidade policial muitas vezes são considerados prescritos, pois não se considera o impedimento previsto no artigo 200 do Código Civil com base na existência do inquérito policial. Note-se que nesses casos investiga-se um possível homicídio, sendo essa uma ação pública incondicionada, na qual a vítima não tem qualquer poder de interferência, o que contradiz a argumentação exposta acima.

Por essa lógica, confira-se abaixo o precedente do Superior Tribunal de Justiça, no qual se indica que a existência de inquérito policial em trâmite é suficiente para que se impeça o início do prazo prescricional:

“RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL POR FATO DE OUTREM (EMPREGADOR). ART. 932, II, CC/2002. ACIDENTE DE TRÂNSITO CAUSADO POR PREPOSTO. FALECIMENTO DO MARIDO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. AÇÃO PENAL. CAUSA IMPEDITIVA DA PRESCRIÇÃO. ART. 200 DO CC/2002.

OCORRÊNCIA.

---

<sup>55</sup> RIZZARDO, Arnaldo; FILHO, Arnaldo Rizzardo; RIZZARDO, Carine Ardissonne. **Prescrição e Decadência**. cit. p. 155-157.

<sup>56</sup> STOCO, Rui. **Tratado de responsabilidade civil. Doutrina e Jurisprudência**. 7 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007. p.209.

1. Impera a noção de independência entre as instâncias civil e criminal, uma vez que o mesmo fato pode gerar, em tais esferas, tutelas a diferentes bens jurídicos, acarretando níveis diversos de intervenção. Nessa seara, o novo Código Civil previu dispositivo inédito em seu art. 200, reconhecendo causa impeditiva da prescrição: "quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva".

2. Estabeleceu a norma, em prestígio à boa-fé, que o início do prazo prescricional não decorre da violação do direito subjetivo em si, mas, ao revés, a partir da definição por sentença, no juízo criminal, que apure definitivamente o fato. **A aplicação do art. 200 do Código Civil tem valia quando houver relação de prejudicialidade entre as esferas cível e penal - isto é, quando a conduta originar-se de fato também a ser apurado no juízo criminal -, sendo fundamental a existência de ação penal em curso (ou ao menos inquérito policial em trâmite).**

3. Na hipótese, houve ação penal com condenação do motorista da empresa ré, ora recorrida, à pena de 02 (dois) anos de detenção, no regime aberto, além da suspensão da habilitação, por 06 (seis) meses, como incurso no art. 302 do Código de Trânsito Brasileiro, c/c art. 121, § 3º, do Código Penal, sendo que a causa petendi da presente ação civil foi o ilícito penal advindo de conduta culposa do motorista da empresa recorrida.

4. O novo Código Civil (art. 933), seguindo evolução doutrinária, considera a responsabilidade civil por ato de terceiro como sendo objetiva, aumentando sobejamente a garantia da vítima. Malgrado a responsabilização objetiva do empregador, esta só exsurgerà se, antes, for demonstrada a culpa do empregado ou preposto, à exceção, por evidência, da relação de consumo.

5. Assim, em sendo necessário - para o reconhecimento da responsabilidade civil do patrão pelos atos do empregado - a demonstração da culpa anterior por parte do causador direto do dano, deverá, também, incidir a causa obstativa da prescrição (CC, art. 200) no tocante à referida ação civil ex delicto, caso essa conduta do preposto esteja também sendo apurada em processo criminal.

Dessarte, tendo o acidente de trânsito - com óbito da vítima - ocorrido em 27/3/2003, o trânsito em julgado da ação penal contra o preposto em 9/1/2006 e a ação de indenização por danos materiais e morais proposta em 2/7/2007, não há falar em prescrição.

(...) 7. Recurso especial provido.<sup>57</sup> (sem ênfase no original)

Considera-se que a interpretação dada pelo Superior Tribunal de Justiça no precedente citado acima é a que mais se aproxima do critério proposto pela norma prevista no artigo 200 do Código Civil. Uma vez que a intenção é prevenir decisões destoantes entre o juízo criminal e cível, tem fundamento a postura das vítimas de

<sup>57</sup> BRASIL. STJ. REsp 1135988/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 08/10/2013, DJe 17/10/2013 - sem ênfase no original

aguardar o fim da investigação penal para ajuizar a ação de reparação por danos, sejam eles morais ou materiais. Dessa forma, evita-se - considerando um caso em que a ação civil dependa da ação penal - a situação em que o juiz criminal aponte para inexistência do fato/autoria após o juiz cível ter determinado a condenação do réu, deferindo a indenização ou vice-versa. Essa situação traz enorme insegurança jurídica ao ordenamento e pode ser evitada com o reconhecimento do impedimento do prazo prescricional a partir do início da investigação criminal.

### 3.4 A IMPRESCRITIBILIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Outra previsão importante sobre prescrição que pode ser aplicada às ações de reparação civil por letalidade policial é a imprescritibilidade dos direitos fundamentais. A imprescritibilidade é uma característica dos direitos fundamentais que decorre da sua própria razão de existir. Aqueles que são entendidos como os direitos mais básicos da existência do ser humano não podem estar sujeitos a não serem mais exigíveis judicialmente pelo seu não exercício e pela intercorrência do tempo. Assim, é necessário que se encontre uma definição de direitos fundamentais que seja específica o suficiente para comportar a característica da imprescritibilidade, uma vez que, conforme já demonstrado, trata-se aqui de um balanceamento entre a segurança jurídica (no que concerne a prescrição) e o que é considerado mais importante de ser protegido pelo direito.

Nesse sentido, Ferrajoli<sup>58</sup> aponta que existem quatro possíveis aproximações para uma definição teórica dos direitos fundamentais: (i) a primeira delas corresponde ao senso de justiça, ou seja, “quais direitos devem ser (ou é justo que sejam) estabelecidos como fundamentais?”; (ii) a segunda é relativa à validade de acordo com o direito positivo cuja determinação dependerá de cada ordenamento jurídico nacional: “quais direitos são estipulados como fundamentais pelas normas de um determinado ordenamento?”; (iii) a terceira decorre da efetividade, que presume a pergunta baseada em estudos empíricos: “quais direitos, por quais razões, através de quais processos e com qual grau de

---

<sup>58</sup> FERRAJOLI, Luigi. **Por uma teoria dos direitos e dos bens fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011. p. 89-122.



efetividade se afirmaram e são de fato garantidos como fundamentais em um determinado espaço e um dado tempo?"; (iv) a quarta aproximação é dada do ponto de vista da teoria do direito, por meio do qual se pode perguntar em suma "o que entendemos com a expressão direitos fundamentais?".

Segundo o autor, a quarta aproximação é a mais fundada, uma vez que possui maior capacidade empírica e capacidade explicativa, definindo os direitos fundamentais como "todos aqueles direitos que são atribuídos universalmente a todos enquanto pessoas, enquanto cidadãos ou enquanto capazes de agir"<sup>59</sup>. O autor aponta que essa é a única definição que indica realmente "o que são" os direitos fundamentais. Apesar disso, é importante que as quatro maneiras de se entender os direitos fundamentais sejam "distinguidas claramente, que não se confundam os relativos discursos, (...) que nenhum destes discursos ignore os outros três e que se identifiquem adequadamente as relações recíprocas"<sup>60</sup>.

Dessa maneira, de acordo com a segunda aproximação, os direitos fundamentais no Brasil são relacionados à vida, à liberdade, à igualdade, à dignidade, à privacidade, ao nome, a alimentos, bem como ao pleno desenvolvimento da personalidade<sup>61</sup>.

Nesse sentido, de acordo com a terceira aproximação, os direitos fundamentais são indisponíveis, intransmissíveis, irrenunciáveis, absolutos, ilimitados, impenhoráveis, inexpropriáveis, vitalícios e impenhoráveis<sup>62</sup>. Dessa forma, as violações aos direitos fundamentais não prescrevem<sup>63</sup>, não importando quanto tempo tenha passado da sua violação, a restauração sempre será possível. É esse o entendimento dado pelo Superior

---

<sup>59</sup> Ibidem, p. 92.

<sup>60</sup> Ibidem, p. 93.

<sup>61</sup> RIZZARDO, Arnaldo; FILHO, Arnaldo Rizzardo; RIZZARDO, Carine Ardisson. **Prescrição e Decadência**, cit, p. 428.

<sup>62</sup> Idem.

<sup>63</sup> Sobre esse assunto apontou Ferrajoli citado por Rizzardo "*Que los derechos fundamentales son indisponibles quiere decir que están subtraídos tanto a las decisiones de la política como al mercado; en virtud de su indisponibilidad activa, no son alienables por el sujeto que es su titular: no puedo vender mi libertad personal o mi derecho de sufragio y menos aún mi propia autonomía contractual. Debido a su indisponibilidad pasiva, no son expropiables o limitables por otros sujetos, comenzando por el Estado: ninguna mayoría, por aplastante que sea, puede privarme de la vida, de la libertad o de mis derechos de autonomía.*" (FERRAJOLI, Luigi. **Derechos y Garantías: la ley del más débil**. Tradução espanhola de Perfecto Andrés Ibañez. Madrid: Trotta, 1999. p. 47).

Tribunal de Justiça nos casos caso de violações do direitos fundamentais ocorridas durante o regime militar de 1964:

**“PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. PERSEGUIÇÃO POLÍTICA OCORRIDA DURANTE O REGIME MILITAR. INAPLICABILIDADE DO ART. 1º DO DECRETO 20.910/1932. PRECEDENTES. IMPRESCRITIBILIDADE.**

**1. Conforme entendimento desta Corte, “a prescrição quinquenal, disposta no art. 1º do Decreto 20.910/1932, não se aplica aos danos decorrentes de violação de direitos fundamentais, os quais são imprescritíveis, principalmente quando ocorreram durante o Regime Militar, época em que os jurisdicionados não podiam deduzir a contento suas pretensões”** (AgRg no AREsp 302.979/PR, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 5/6/2013) .

2. Não compete ao STJ, ainda que para fins de prequestionamento, examinar na via especial suposta violação a dispositivos constitucionais, sob pena de usurpação da competência do STF (art. 102, III, da CF/1988).

3. Agravo Regimental a que se nega provimento.”<sup>64</sup> (sem ênfase no original)

Portanto, conforme demonstrado acima, são imprescritíveis os direitos fundamentais, considerados na sua dimensão de garantir a vida e pleno desenvolvimento do ser humano, não havendo um prazo para que seja apresentada ação requerendo a sua reparação.

### 3.5 A PRESCRIÇÃO NO CASO ESPECÍFICO DA AÇÃO CIVIL REPARAÇÃO NOS CASOS DE LETALIDADE POLICIAL

Conforme já exposto no capítulo 3, em diversos casos as ações de reparação civil são julgadas prescritas, razão que motivou a presente pesquisa. Nesse contexto e retomando as ideias apresentadas acima, expõe-se considerações sobre as regras que deveriam ser aplicadas ou ao menos avaliadas na discussão da prescrição dessas ações.

O primeiro ponto é saber qual deve ser o prazo prescricional, ou seja, qual o tempo que deve decorrer entre o marco inicial e o fim do direito de protestar pelo direito à

<sup>64</sup> BRASIL. STJ.. AgRg no REsp 1128042/PR, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/08/2013, DJe 23/08/2013 – sem ênfase no original.

reparação em juízo. De acordo com a decisão do STJ no REsp 1251993/PR, julgado em sede de recurso especial repetitivo, a regra sobre prescrição a ser aplicada nas ações propostas contra a Fazenda Pública é a contida no artigo 1º do Decreto 20.910/32. Dessa maneira, o prazo prescricional das ações de reparação por letalidade policial é de cinco anos, também chamado de prazo quinquenal.

A segunda consideração importante a ser feita é sobre o termo inicial da prescrição.

Há obstáculos significativos enfrentados pelos familiares das vítimas de letalidade policial na sua busca pela responsabilização do agente policial na justiça criminal, tais como a demora nas investigações, a falta de ação do Ministério Público, a impossibilidade de produzir provas em razão da não preservação da cena do crime, entre outros. Sobre esse assunto, aponta o relatório de Direitos Humanos de 2015 da Anistia Internacional:

“Policiais responsáveis por execuções extrajudiciais desfrutaram de quase total impunidade. Das 220 investigações sobre homicídios cometidos por policiais abertas em 2011 na cidade do Rio de Janeiro, houve, até 2015, somente um caso em que um policial foi indiciado. Em abril de 2015, 183 dessas investigações continuavam abertas.”<sup>65</sup>

Com todas essas dificuldades, muitas famílias acabam postergando a proposição de uma ação de reparação perante o juízo cível, aguardando as conclusões sobre materialidade e autoria, o que leva à prescrição das ações.

Tendo isso em vista, seria natural a aplicação do artigo 200 do Código Civil que prevê exatamente essas circunstâncias, impedindo o início da contagem do prazo prescricional até que a apuração criminal termine. Contudo, e como será melhor detalhado adiante, as decisões de mérito dessas ações nem sempre citam esse artigo, que seria essencial para garantir que os familiares das vítimas recebam a reparação a qual têm direito.

Uma hipótese acerca do motivo que leva a não aplicação desse dispositivo nas ações estudadas é a inexistência de ação penal. Apesar disso, deve-se considerar que o artigo em si não prevê a necessidade de presença de ação penal para que seja aplicado, determinado apenas que o prazo prescricional será impedido no caso de a ação cível se

---

<sup>65</sup> ANISTIA INTERNACIONAL. **Anistia internacional Informe 2015/16: O estado dos Direitos Humanos no Mundo**. ANISTIA INTERNACIONAL. Informe 2009. p. 83.

originar de fato que deva ser apurado na justiça criminal. As ações estudadas pela presente pesquisa se enquadram nessa regra: o que origina o direito de ação de reparação é a morte de familiar por uso ilegítimo da força policial, em violação do direito à vida. Além da clara necessidade de indícios da materialidade do crime apurado na justiça penal, há também a necessidade de demonstração da autoria, uma vez que a legitimidade passiva da Fazenda Pública depende do envolvimento do seu agente no evento morte do familiar dos autores.

Nesse contexto, é irrazoável o argumento apresentado por alguns doutrinadores de que na ausência de ação penal não haveria o impedimento do prazo prescricional nos termos do artigo 200 do Código Civil, uma vez que, se assim ocorresse, a prescrição ficaria à disposição das vítimas, já que elas poderiam escolher propor a ação penal ou não. Em primeiro lugar, ressalta-se que as ações penais aqui discutidas são as chamadas ações penais públicas de caráter incondicional, ou seja, cabe apenas ao Ministério Público ajuizar a ação apresentando denúncia contra ao réu. Ademais, o desenrolar das investigações cabe unicamente ao Ministério Público, não havendo como, institucionalmente, as vítimas interferirem no andamento do inquérito.

Dessa forma, entende-se que não é coerente a argumentação que defende não ser aplicável o artigo 200 do Código Civil quando da inexistência de ação penal. Essa interpretação da legislação leva à negação do acesso à justiça aos familiares das vítimas de letalidade policial.

Por fim, ainda que se entendesse que o artigo 200 do Código Civil não seria aplicável aos casos estudados, deve-se considerar a imprescritibilidade dos direitos fundamentais, que também deve ser examinada quando discutida a prescrição nos casos em análise. Essas ações têm como requerimento a restauração por violação de inegável direito fundamental: a vida. Dessa forma, como foi reconhecido pelo Superior Tribunal de Justiça em diversos casos de reparação envolvendo tortura e morte no regime de ditadura militar de 1964, considera-se que nesses casos deve ser reconhecida a imprescritibilidade, resguardando-se o direito desses familiares de responsabilizarem o Estado pela morte de seus entes queridos.

## 4 ESTUDO DE CASO: PRESCRIÇÃO EM CASOS DE LETALIDADE POLICIAL

### 4.1 METODOLOGIA

Conforme já mencionado, a autora deste trabalho elaborou uma pesquisa conjunta sobre ações de indenização por letalidade policial resultando em relatório<sup>66</sup> que descreve a análise de 35 ações ajuizadas pela Defensoria do Estado de São Paulo. Naquela oportunidade, foi feito um recorte temporal: os casos estudados abordaram as ações propostas entre 2009 e 2015 para que se obtivesse um diagnóstico histórico do tema.

Por sua vez, o objetivo do presente trabalho é debruçar-se sobre a prescrição nesses casos já estudados. O estudo caso a ser desenvolvido nos próximos tópicos tratará somente das ações que: (i) tenham uma decisão que trate de prescrição; e (ii) tenham decisões na segunda instância.

O primeiro critério é de fácil entendimento, uma vez que restringe o estudo de caso ao tema específico do presente trabalho. O segundo critério partiu da observação de que as sentenças dos casos analisados são geralmente curtas. Dessa maneira, optou-se por analisar somente os processos que tiveram mais que uma decisão sobre o tema da prescrição, para favorecer um estudo mais aprofundado.

A partir dos critérios descritos acima, dos 35 casos analisados na pesquisa anterior, 4 seriam analisados na presente pesquisa. Contudo, um desses casos tinha como base fática um desaparecimento durante os Crimes de Maio de 2006. Assim, não será realizada a análise desse caso, uma vez que o enfoque do presente trabalho são os casos de letalidade, ou seja, aqueles em que existem provas do evento morte.

---

<sup>66</sup> FAZAN, Beatriz e SAID, Ana Carolina. **Letalidade Policial: uma Análise de Teses Jurídicas e Tramitação Processual em casos de Responsabilidade Civil**. Trabalho apresentado no âmbito do Projeto Multidisciplinar “Quem Policia a Polícia: aspectos jurídicos da atuação policial e o Estado de Direito”. São Paulo: 2019.

É importante salientar que a discussão acadêmica acerca da prescrição em casos de desaparecimento forçado encontra vários tópicos a serem estudados, tendo em vista tanto o direito brasileiro quanto o direito internacional. Por essa razão, o estudo de um caso de desaparecimento forçado merece análise específica sobre as teses referentes a esse assunto. Uma vez que o presente trabalho estuda especificamente as ações de letalidade policial e a literatura sobre esse tópico, escolheu-se pelo apresentado recorte, embora não se ignore a importância da temática, tampouco a dor dos familiares autores da mencionada ação.

A análise dos casos vai ser realizada no próximo tópico da seguinte forma: em um primeiro momento, será feita a descrição dos fatos e principais movimentos processuais de cada um dos três casos objeto do estudo. Depois disso, serão apresentados quatro tópicos de análise da prescrição em si e como esse tema foi abordado em cada um dos casos, a partir da avaliação das petições apresentadas tanto pela parte autora, quanto pela Fazenda Pública e pelas sentenças e acórdãos dos processos. Por fim, em um tópico separado, será realizada uma breve conclusão sobre este capítulo do trabalho.

## 4.2 DESCRIÇÃO DOS CASOS E ANÁLISE

Os três casos foram analisados com o auxílio de uma tabela apresentada no Anexo A. Apesar de os autos dos processos estudados serem públicos, entende-se que não há necessidade de exposição das vítimas e seus familiares com a indicação do número do processo e outras informações pessoais. Por esse motivo, também não serão indicados os nomes verdadeiros das partes e/ou o local dos fatos. O desenrolar fático e processual dos casos será detalhado abaixo. A ordem de apresentação dos casos é a ordem crescente a partir da data de propositura da ação.

### 4.2.1 Caso do suposto assalto em estabelecimento comercial

O primeiro caso a ser estudado é um processo físico, distribuído em 13 de dezembro de 2013. Por esse motivo, a análise desse caso é um pouco mais limitada, uma vez que não foi possível obter acesso completo aos autos, especialmente no

contexto da pandemia da covid-19. A análise limita-se aqui à petição inicial apresentada pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo e às decisões de mérito, não tendo sido possível acessar as peças de defesa da Fazenda Pública.

A descrição dos fatos desse caso, assim como dos que serão apresentados a seguir, vem da petição inicial da Defensoria Pública. A ação foi proposta pelo pai e irmão da vítima da letalidade policial L.F.S., que veio a óbito em 04 de setembro de 2009, tendo como causa da morte “choque hemorrágico” causado por “ferimentos por arma de fogo”. Segundo o exame necroscópico de L.F.S., ele foi atingido por três disparos de arma de fogo no abdômen.

As circunstâncias da morte de L.F.S. nunca foram esclarecidas. Segundo o inquérito policial, um policial civil estava, em horário de serviço, em um estabelecimento comercial com o objetivo de pagar uma conta, quando foi anunciado um assalto por L.F.S., que estava armado.

O policial então identificou-se e deu voz de prisão. Nesse momento, segundo o próprio policial, L.F.S. teria efetuado disparos na sua direção, momento em que teria revidado, acertando três vezes o roubador. Contudo, as testemunhas ouvidas no auto de prisão em flagrante não souberam informar se L.F.S. efetuou os disparos contra o policial, tampouco souberam dizer quem teria atirado primeiro.

Segundo a petição inicial, o promotor de justiça responsável pelo inquérito decidiu por pedir o arquivamento dos autos com relação a eventual crime de homicídio, sem solicitar nenhuma diligência complementar, entendendo que o policial agiu em legítima defesa. O pleito do Ministério Público foi acolhido pelo julgador, arquivando-se os autos, mais de um ano depois dos fatos.

O boletim de ocorrência foi registrado e a investigação foi conduzida na mesma repartição policial em que o policial civil relacionado aos fatos trabalhava. Foram duas as armas apreendidas no local dos fatos, uma de L.F.S. e uma do policial, sendo que a arma

da de L.F.S. seria de calibre .38. O laudo do local dos fatos apontou que foram colhidos nove estojos de projéteis de calibre .45 e nenhum de calibre .38.

Tais fatos, contudo, não chegaram a ser analisados, tendo em vista que a sentença de duas páginas entendeu pela prescrição do caso. O juiz aplica o disposto no art. 206, §3º, V, no qual se dispõe que o prazo prescricional para pretensões de reparação civil é de 3 anos. A incidência da prescrição quinquenal é afastada, pois entende-se que o artigo 10 do Decreto 20.910/32 determina “expressamente que «o disposto nos artigos anteriores não altera prescrições de menor prazo, constantes das leis e regulamentos, as quais ficam subordinadas às mesmas regras»”. No segundo – e último - parágrafo da fundamentação da decisão, o juiz aponta alguns julgados do STJ que reforçariam a sua tese.

Em sede de apelação, o Tribunal de Justiça de São Paulo entendeu que a prescrição não havia ocorrido, remetendo os autos para a vara de origem. A fundamentação do acórdão baseia-se na não aplicabilidade da prescrição trienal para Fazenda Pública e suas autarquias. Os desembargadores baseiam a decisão no julgado do STJ no Resp 1251993/PR, citado no capítulo 3, entendendo pela aplicação da prescrição quinquenal.

Sobreveio uma segunda sentença que entendeu serem improcedentes os pedidos dos familiares de L.F.S., por não existir comprovação do excesso ou arbitrariedade na ação policial. Em novo recurso de apelação, o Tribunal de Justiça de São Paulo entendeu serem improcedentes os pedidos formulados pelos autores em razão de culpa exclusiva da vítima. Os recursos especial e extraordinário interpostos pelos autores foram inadmitidos pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal, respectivamente.

#### 4.2.2 Caso da execução em bar

O autor desse caso é o pai da vítima S.C.S.M. morto em 6 de junho de 2009, quando tinha 29 anos. S.C.S.M. estava em um bar quando quatro pessoas com capacetes e



toucas ninja ingressaram no estabelecimento, efetuando disparos com armas de fogo, vindo atingir, além da vítima, três outras pessoas, todas fatalmente.

Os encapuzados chegaram em duas motos pretas, com placas adulteradas. Durante o exame pericial no local dos fatos, foram recolhidos quatro estojos de munição e 1 projétil, entregues aos peritos pelos Policiais Militares que estavam no local.

Durante os exames necroscópicos das outras vítimas, foram recolhidos outros três projéteis, um em cada vítima. Apenas no corpo de S.C.S.M., que foi atingido por dois disparos, não foi recuperado nenhum projétil.

Em março de 2010, o representante do órgão acusatório requereu que fosse requisitada à Central de Monitoramento da Prefeitura do município imagens das câmeras de segurança instaladas próximas ao local dos fatos, bem como a juntada de cópias de dois outros inquéritos policiais acerca de homicídios que ocorreram na mesma noite e nas mesmas circunstâncias, em locais próximos ao local dos fatos.

A prefeitura respondeu ao ofício em julho de 2010, informando que a requisição das imagens foi tardia, pois as imagens gravadas pelas câmeras de segurança só ficam armazenadas por 30 dias. Informou também que, no dia dos fatos, policiais civis e militares teriam comparecido à central de monitoramento e requisitado as imagens. Eles teriam, então, visto as imagens e, após verificarem que supostamente nada mostravam, decidido não as gravar. Não há no inquérito policial nenhuma informação sobre essa diligência, nem da parte de policiais civis nem de militares.

Durante o velório do filho, o Autor recebeu uma ligação telefônica de um número restrito, na qual uma pessoa não identificada lhe disse *“Olha, nada pessoal, irmão...Seu filho estava no lugar errado na hora errada. Não posso fazer nada...É o sistema...São 30 para 1...Siga sua vida...”*. A expressão “30 para 1” é utilizada no jargão policial para se referir à vingança pela morte de um policial: para cada policial morto, 10, 20 ou 30 “bandidos” tem que morrer. Na noite de sexta-feira, 05 de junho de 2009, quatro pessoas

teriam tentado matar um policial civil no município dos fatos. No dia seguinte, sábado, 06 de junho de 2009, S.C.M.S. e as demais vítimas foram mortas.

Em fevereiro de 2013, o órgão acusatório requereu o arquivamento do inquérito, uma vez que, apesar de terem sido realizadas diligências visando apurar os fatos e a autoria delitiva, não estavam presentes os elementos que propiciassem o ajuizamento da ação penal. O pedido foi deferido pelo MM. Juiz em dezembro de 2013.

A ação de reparação cível foi proposta em 09 de fevereiro de 2015. O juiz de primeira instância julgou serem improcedentes os pedidos, em razão da prescrição. A tese aplicada na sentença foi da prescrição quinquenal contada a partir da data do fato. A fundamentação para o prazo quinquenal foi o acórdão do STJ no Resp 1251993/PR, já apresentado no terceiro capítulo deste trabalho.

Em sede de apelação, o Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo reconheceu a não ocorrência da prescrição. Com base no artigo 200 do Código Civil, os desembargadores entenderam unanimemente que a prescrição só passaria a contar a partir da data do arquivamento do inquérito. Dessa forma, foi determinado o retorno dos autos à Vara de origem. Em nova sentença, o juiz julgou improcedente a ação porque o Autor não teria conseguido provar o envolvimento de servidores públicos na morte de seu filho. Não foram interpostos recursos.

#### 4.2.3 Caso da vítima de perseguição policial

A ação foi proposta pelos pais e irmãos da vítima D. M. A., que veio ao óbito em 06 de abril de 2010. D.M.A. estava caminhando na rua com dois amigos quando ouviram o alto ruído de frenagem de um veículo, seguido por diversos disparos de arma de fogo. Em seguida, viram uma viatura policial, vindo em suas direções e perseguindo dois outros indivíduos.

D.M.A. e seus amigos então buscaram abrigo, sendo que D.M.A. e um de seus amigos se esconderam atrás de um muro. Neste momento, D.M.A. queixou-se que havia

sido atingido por um disparo na altura do tórax. Os amigos de D.M.A. tentaram contatar o resgate, sem sucesso. Os amigos decidiram levar D.M.A. para sua casa, próxima ao local dos fatos, sendo logo socorrido pelos vizinhos e levado ao hospital. D.M.A. não resistiu e faleceu no mesmo dia.

Segundo o inquérito policial, realmente houve uma perseguição a suspeitos realizada pela Polícia Militar no dia dos fatos. Três policiais envolvidos nos fatos afirmaram durante as investigações que, naquele dia, o COPOM irradiou uma ocorrência de roubo, tendo eles se dirigido para o local. Em seguida, teriam avistado os assaltantes abandonando o veículo, produto do roubo. Segundo o relato desses policiais, quando os roubadores viram a viatura, fugiram a pé, momento em que a viatura passou a persegui-los. Neste momento, segundo eles, houve troca de tiros, tendo ambos os assaltantes, (terceiros ainda não mencionados) sido mortos.

Durante as oitivas desses policiais em sede de inquérito policial militar todos confirmaram os disparos na via pública. O primeiro policial afirmou que desferiu um tiro, o segundo narrou que atirou quatro vezes e o terceiro disse que efetuou dois disparos.

O promotor de justiça responsável pelo inquérito decidiu por pedir o arquivamento dos autos com relação a eventual crime de homicídio cometido pelos policiais, entendendo que esses agiram em legítima defesa. Com relação à vítima D.M.A., foi alegado que não haveria provas de que os tiros que o atingiram foram disparados pelos policiais militares, mas que mesmo se assim o fosse, a legítima defesa ainda seria aplicável. O pleito do Ministério Público foi acolhido pelo julgador, arquivando-se os autos em decisão de 13 de novembro de 2013.

A ação de reparação foi proposta em 06 de junho de 2017. A juíza de primeira instância acolheu a tese de prescrição formulada pela Fazenda Pública. Segundo a MMª. Juíza, a prescrição seria quinquenal e o termo inicial da prescrição seria a data do fato, com base no artigo 189 do Código Civil, o qual estabelece que a violação do direito subjetivo enseja nascimento da pretensão. Além disso, a sentença aponta que o artigo

200 do Código Civil só seria aplicável quando da instauração de ação penal. Importante mencionar trecho da decisão em que a Juíza demonstra se sensibilizar com os fatos narrados pela parte autora: “malgrado o trágico desfecho dos fatos narrados na inicial, que a todos sensibiliza, inclusive a esta Magistrada, não é possível afastar a prescrição do próprio fundo de direito da parte autora”.

Em sede de recurso de apelação, o E. Tribunal de Justiça de São Paulo negou provimento ao recurso interposto pelos autores, mantendo a tese de prescrição aplicada na primeira instância da prescrição quinquenal contada a partir da data do fato. Para os desembargadores “a instauração de inquérito policial não é causa interruptiva do prazo prescricional no juízo cível”. A parte autora interpôs Recurso Especial que foi inadmitido pelo Presidente da Seção de Direito Público do E. Tribunal de Justiça de São Paulo, por entender que o acórdão recorrido não desrespeitaria “a legislação enfocada a ponto de permitir seja o presente alçado à instância superior”.

#### 4.3 A PRESCRIÇÃO NOS CASOS ANALISADOS

##### 4.3.1 Prescrição trienal

A tese da prescrição trienal baseia-se na regra geral prevista no artigo 206, §3º do Código Civil. No caso do suposto assalto em estabelecimento comercial, o MM. Juiz determinou a aplicação dessa regra, sustentando que o Decreto 20.910/1932 não seria aplicável, tendo em vista que há prazo mais favorável à Fazenda. Segundo a decisão, esse prazo mais favorável deve ser aplicado, nos termos do artigo 10º da lei supracitada<sup>67</sup>. O referido artigo dispõe que o decreto não interfere nas prescrições de menor prazo. O juiz sustenta essa argumentação por meio de um julgado de 2009 do STJ<sup>68</sup>. Dessa forma, uma vez que a morte da vítima ocorreu em 4 de setembro de 2009 e ação de reparação foi proposta em 13 de dezembro de 2013, a ação já teria prescrito.

---

<sup>67</sup> “Art. 10. O disposto nos artigos anteriores não altera as prescrições de menor prazo, constantes das leis e regulamentos, as quais ficam subordinadas às mesmas regras.”

<sup>68</sup> BRASIL. STJ. 2ª Turma. REsp 1.137.354. Rel. Min. CASTRO MEIRA, j. 8.9.2009.

No caso da execução em bar, a Fazenda Pública argumentou pela aplicação da prescrição trienal, afirmando que a prescrição quinquenal, prevista no artigo 1º do Decreto 20.910/1932, não seria aplicável, em tese muito semelhante a apresentada acima.

#### 4.3.2 Prescrição quinquenal a partir da data do fato

No caso do suposto assalto em estabelecimento comercial, o E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo afastou a prescrição trienal determinada pela sentença com base no julgado do STJ em sede de recurso repetitivo que firmou a tese de aplicação do prazo quinquenal fundamentando-se no artigo 1º do Decreto 20.910/1932<sup>69</sup>. Assim, afastou-se a prescrição e determinou-se o retorno dos autos à origem.

No caso da execução em bar, conforme exposto, a Fazenda Pública argumentou pela aplicação da prescrição trienal e, subsidiariamente, pela prescrição quinquenal com base no art. 1º do Decreto 20.910/1932. Segundo a contestação, uma vez que os fatos ocorreram no dia 06 de junho de 2009 e a ação foi proposta no dia 10 de fevereiro de 2015, a ação já teria prescrito qualquer que fosse a interpretação aplicada, uma vez que se passaram cinco anos e nove meses da morte da vítima. A Fazenda Pública não faz menção na sua peça de defesa ao artigo 200 do Código Civil.

Nesse mesmo caso, a parte autora, na réplica, argumenta pela aplicação do prazo quinquenal prevista no artigo 1º do Decreto 20.910/1932, com base na doutrina de Nelson Nery Junior e Rosa Andrade Nery<sup>70</sup> e diversos julgados<sup>71</sup>. Contudo, os autores não mencionam a decisão em recurso repetitivo do REsp 1251993/PR, citado no capítulo 3 deste trabalho.

<sup>69</sup> BRASIL. STJ, RESP n. 1251993/PR, rel. Min. Mauro CampBella Marquês, j. 12.12.2012.

<sup>70</sup> “A norma prescricional prevista no §3º do art. 206 do CC é norma geral e, portanto, subsidiária. Somente é aplicável quando não houver regra especial determinando outro prazo de prescrição para o exercício da pretensão reparatória.” (NERY JÚNIOR, Nelson e ANDRADE NERY, Rosa. **Código Civil Comentado**. RT, São Paulo, 6ª edição 2008, p. 382)

<sup>71</sup> BRASIL. STJ. REsp nº 380.006-RS, 1ª Seção, 10-12-2003, DJ de 7.3.2005, Rel. Peçanha Martins; REsp nº 539.187-SC, 1ª Turma, 21-2-2006, Rel. Denise Arruda, um voto vencido; REsp nº 751.832-SP.

A sentença desse caso, por sua vez, menciona o supracitado julgado, afirmando que a prescrição das ações movidas contra a Fazenda Pública é quinquenal. O MM. Juiz então, julga improcedente os pedidos formulados pela parte autora, pois já teriam transcorrido 5 anos da data do fato e a propositura da ação. Não há menção do artigo 200 do Código Civil na decisão.

A parte autora opôs embargos de declaração, apontando a omissão da sentença ao não mencionar o artigo 200 do Código Civil. Os autores apontam que o inquérito policial foi arquivado em 4 de dezembro de 2013, e que só então se iniciaria a contagem do prazo prescricional e não na data de morte da vítima, 6 de junho de 2009.

Os embargos foram rejeitados pelo MM. Juiz. Foi apontado que os embargos não podem servir para um sumário reexame da causa. Além disso, a decisão indica que o artigo 200 do Código Civil só seria aplicável na existência de uma ação penal, citando a doutrina de Cezar Peluso<sup>72</sup>, para apoiar essa interpretação. Por fim, o MM. Juiz afirma que os autores já acreditavam, desde a morte da vítima, que o homicídio teria sido praticado por agentes do Estado. Assim, segundo sua interpretação, já era possível que os autores propusessem desde então a ação de reparação<sup>73</sup>.

No caso da vítima de perseguição policial a Fazenda Pública argumentou ser aplicável a prescrição quinquenal prevista no Decreto 20.910/1932. Nos termos da contestação, a ação estaria prescrita, uma vez que a morte da vítima ocorreu no dia 06 de abril de 2009 e a ação de reparação foi proposta em 06 de junho 2017. Em réplica, os

---

<sup>72</sup> "O texto não se refere a fato que constitui crime, mas a fato que deve ser apurado no juízo criminal, e a verificação dessa circunstância só se dá com o recebimento da denúncia ou da queixa. Nesse sentido, estão os comentários de Fabrício Zamproga Matiello: "A suspensão da prescrição se dá desde o dia em que tiver início a ação penal, através do recebimento da denúncia ou medida afim, até que transite em julgado a correspondente sentença" (PELUSO, Cezar. **Código Civil Comentado**. 2º Ed, Manole, p. 149.)

<sup>73</sup> De fato, o resultado das investigações dificilmente o sujeito passivo da ação de indenização (a Fazenda Pública). Contudo, deve-se considerar que a aplicação do artigo 200 do Código Civil impedir que haja decisões contraditórias na justiça criminal e cível. Assim, somente com o arquivamento do inquérito e a decisão definitiva de que não haveria uma ação penal, elimina-se essa possibilidade. Além disso, deve-se pesar que o resultado da investigação policial e as provas que podem surgir dessa apuração tem potencial de serem úteis para os autores da ação de reparação civil, motivo pelo qual muitos familiares de vítimas da letalidade esperam o fim dessa fase processual para buscar a ação indenizatória.

autores apontaram sucintamente que o artigo 200 do Código Civil deve ser aplicado, sendo o termo inicial da prescrição a data de arquivamento do inquérito em 13 de novembro de 2013.

Na sentença desse caso, o MM. Juiz afirma que o prazo de prescrição das ações propostas contra a Fazenda Pública é de 5 anos, conforme o artigo 1º do Decreto 20.910/1932. É afastada a aplicação do artigo 200 do Código Civil, pois segundo a interpretação do MM. Juiz essa regra é aplicável somente as demandas originadas de fatos a serem apurados no juízo criminal, as chamadas ações civis ex delicto. Para o julgador, considerando que a ação indenizatória se baseia da responsabilidade objetiva do Estado pela conduta de seus agentes, a pretensão não requereria nenhum título judicial penal, afastando-se a aplicação do artigo 200 do Código Civil. A sentença aponta que no caso não houve a instauração da ação penal o que também afastaria a incidência do artigo. Dessa forma, o juiz julgou improcedentes os pedidos dos autores, acolhendo a tese da prescrição.

Em sede de apelação, o E. Tribunal de Justiça de São Paulo manteve o entendimento firmado em primeira instância, preservando a interpretação da prescrição quinquenal e o termo inicial da prescrição como a data do óbito da vítima. No entendimento do I. Desembargador relator, a instauração de inquérito policial não é causa impeditiva do prazo prescricional no juízo cível, uma vez que o trâmite das necessárias averiguações na esfera penal não interfere em eventual proposição da ação indenizatória.

#### 4.3.3 Prescrição quinquenal a partir do arquivamento do inquérito

No caso da execução em bar, em sede de apelação, os autores argumentam pela aplicação do artigo 200 do Código Civil, apontando que o prazo prescricional devia ter como marco inicial a data de arquivamento do inquérito. A Fazenda Pública, por sua vez, repetiu o entendimento dado pelo MM. Juiz ao proferir a sentença, dizendo que o sujeito

passivo da ação indenizatória não mudaria com o resultado do inquérito policial, o que tornaria possível a proposição da ação desde a data da morte da vítima.

O E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo entendeu pela aplicação do artigo 200 do Código Civil. O I. Desembargador relator apontou que, embora não tenha sido ajuizada ação penal o artigo se aplicaria ao caso concreto, citando precedente do STJ<sup>74</sup>, mencionado no capítulo 3. É mencionado ainda, outra decisão do STJ que, em caso de morte em estabelecimento prisional, determinou ser a existência de inquérito policial suficiente para impedir o prazo prescricional<sup>75</sup>. O desembargador aponta também que não se pode argumentar que os autores poderiam ter ajuizado a ação antes do arquivamento do inquérito policial, já que o desfecho dessa averiguação poderia ser útil para embasar o pleito da ação indenizatória. Dessa forma, foi determinado o afastamento da prescrição e o retorno dos autos à Vara de Origem.

#### 4.3.4 Imprescritibilidade dos direitos fundamentais

Infelizmente, essa tese não foi muito explorada pelos autores ou julgadores nos casos estudados. Apenas no caso da execução em bar, em sede de réplica é feita uma argumentação nesse sentido, de forma muito sucinta. Confira-se:

“Não procede, portanto, a alegação de prazo prescricional trienal para o presente feito, até porque ele versa sobre violações a direitos humanos, que, em diversos documentos internacionais e inúmeras decisões de cortes internacionais, são consideradas até imprescritíveis”

Retoma-se o exposto no capítulo 1 quando se tratou da possibilidade da interpretação de que nos casos estudados existe uma “prescrição oculta”, ou seja, embora as decisões aparentem ser neutras, essas podem esconder preconceitos com

---

<sup>74</sup> “A prescrição da pretensão indenizatória não corre quando a conduta ilícita supostamente perpetrada pela parte ré se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, sendo fundamental, para tanto, a existência de ação penal em curso ou inquérito policial em trâmite”. (BRASIL. STJ. Quarta Turma, Agravo Interno no Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial n. 603.860/SP, Rel. Min. MARCO BUZZI, DJe 13/12/2016)

<sup>75</sup> BRASIL. STJ. Recurso Especial nº 1.306.441/SP, Segunda Turma, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 18/11/2015.



relação às vítimas e o contexto da sua morte por meio da aplicação seletiva das regras de prescrição. Nesse contexto, questiona-se o porquê da não aplicabilidade da imprescritibilidade dos direitos fundamentais, uma vez que essa é uma regra tão legítima quanto as demais citadas no presente trabalho e nas decisões judiciais.

A omissão dos julgadores com relação a essa tese também pode ser vista como uma propensão a não reconhecer que esses casos tratam de violações de direitos fundamentais. Afirmar que um caso concerne uma violação de direitos fundamentais explicita que a vítima e os familiares das vítimas foram sujeitos a violações mais graves, estando em posição de exigir formas de reparação mais amplas, inclusive levando em consideração o exposto no capítulo 2 sobre as formas de reparação dispostas na Resolução nº 60/147 da Assembleia Geral das Nações Unidas, a qual define princípios e diretrizes básicas sobre o direito a recurso e reparação para vítimas de violações flagrantes das normas internacionais de direitos humanos e de violações graves do direito internacional humanitário.

#### 4.4 CONCLUSÃO PRELIMINAR

O primeiro ponto de atenção que se extrai dos casos analisados é sobre o prazo em si para a prescrição em ações movidas contra a Fazenda Pública. Embora, conforme mencionado no capítulo 3 e aludido por diversas decisões e peças apresentadas pelas partes, exista uma decisão do STJ em sede de recurso repetitivo com a intenção de pacificar o tema, a discordância sobre a aplicação ou não aplicação do Decreto 20.910/1932 persiste. Esse ponto é fundamental nas ações de reparação civil em caso de letalidade policial, uma vez que pode significar uma diferença de dois anos para se propor a ação, em comparação com o prazo trienal.

O segundo ponto crucial é a incidência ou não do artigo 200 do Código Civil perante a existência de inquérito policial e ausência de ação penal. Como é possível concluir a partir desse capítulo as interpretações em muito divergem, havendo fortes argumentos para a aplicação e para a não aplicação da norma. Apesar de existir uma

decisão do STJ, também mencionada no capítulo 3 que aponta para o impedimento do prazo prescricional quando há inquérito policial relacionado com os fatos objeto da ação de reparação, essa não é uma tese amplamente discutida, sendo mencionada timidamente em uma linha da ementa do acórdão do tribunal superior.

Essa também é uma questão de suma importância para a definição do recebimento ou não da indenização pelos familiares das vítimas de letalidade policial. Ter clareza sobre qual é a regra aplicável ao caso é fundamental para que seus advogados possam organizar a estratégia processual, decidindo o melhor momento de propor a ação indenizatória. Perceba-se que essa é uma decisão muito delicada que precisa garantir que o prazo prescricional não tenha sido alcançado e, tampouco, que provas importantes a partir da apuração criminal sejam perdidas.

Por fim, aponta-se que a tese da imprescritibilidade dos direitos fundamentais não foi muito explorada nos casos estudados, sendo que não houve nenhuma decisão acerca dessa questão. Nesse ponto é importante retomar a possibilidade de uma “prescrição oculta”, ou seja, uma aplicabilidade seletiva das regras de forma a negar o direito de reparação das vítimas. Também é importante notar que a resistência em aplicar essa tese nas decisões judiciais pode ter raízes em uma propensão a não reconhecer que os autores do caso foram vítimas de graves violações de direitos fundamentais. Acredita-se que explorar essa tese também seja importante para prosseguir com uma discussão mais aprofundada do tema no judiciário.

## CONCLUSÃO

No presente trabalho pretendeu-se abordar a prescrição nas ações de indenização por letalidade policial. Além do tema processual especificamente, discutiram-se questões que não podem ser separadas do debate sobre a violência estatal: no primeiro capítulo foram apresentados dados e discussões doutrinárias sobre a própria violência estatal e o racismo. Nesse mesmo capítulo foram referidos momentos históricos importantes da história brasileira envolvendo letalidade policial. Esses tópicos, apesar de não serem o foco do presente trabalho, foram apresentados pois devem sempre estar na mente de quem se dispõe a estudar esse tema, para que se perceba suas influências nos casos.

Ademais, atentar-se para essas questões torna possível questionar uma possível aplicabilidade seletiva das regras de prescrição nos casos, entendida como uma possível “prescrição oculta”.

O segundo capítulo apresentou um panorama sobre as ações de reparação em caso de letalidade policial. Por sua vez, o terceiro capítulo aprofundou a discussão doutrinária da prescrição nessas demandas. Por fim, o quarto capítulo expôs um estudo de caso que uniu os dois capítulos anteriores em um estudo prático.

Constatou-se que, do ponto de vista do direito internacional, as vítimas de graves violações de Direitos Humanos têm direito a diferentes formas de reparação: a restituição, indenização, reabilitação, satisfação e garantias de não-repetição. Com o reconhecimento da prescrição, as vítimas não têm acesso a serem reparadas por nenhum desses mecanismos.

A prescrição nas ações de reparação civil por letalidade policial pode ser interpretada por quatro teses distintas, conforme já apresentado nesse trabalho: (i) a prescrição trienal; (ii) a prescrição quinquenal contada a partir da data do fato; (iii) a prescrição quinquenal contada a partir da data do arquivamento do inquérito ou do julgamento da ação penal; e (iv) a imprescritibilidade dos Direitos Humanos.

A relevância de tratar desse tema parte principalmente da constatação de que é a prescrição um dos entraves à obtenção de reparação pelos familiares das vítimas de letalidade policial. Garantir essa reparação é fundamental, sendo necessário que, ao menos, seja possível a análise dos argumentos fáticos e jurídicos dos casos pelo judiciário, algo impossibilitado quando as ações são consideradas prescritas. Demandar essa análise e o provimento de pedido de reparação é muitas vezes um dos últimos recursos desses familiares na busca pela verdade e justiça pelos seus entes queridos, dada a falha nas investigações, a estruturação do sistema penal, entre outros motivos.

Apesar dessa relevância, a conclusão a que se chega este trabalho é que essa questão é ainda pouco discutida, havendo divergências no Judiciário, muitas delas infundadas. O que é possível a partir dos casos analisados é que existe grande insegurança jurídica no que se concerne a prescrição nessas ações, o que dificulta a elaboração de uma estratégia processual adequada pelos autores. Essa estratégia dependeria da definição concreta do prazo prescricional dessas ações e da análise sobre qual o melhor momento em relação ao inquérito policial para propor a ação indenizatória.

Dessa forma, o que se propõe ao fim do presente trabalho é que a discussão desse tema seja realizada com profundidade pelos operadores do direito, incluindo estudantes, pesquisadores, professores, advogados, defensores, juízes, desembargadores etc. A insegurança jurídica do sistema não pode ultrapassar a necessidade de justiça dos familiares das vítimas de letalidade policial.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ACAYABA, Cíntia e ACOVERDE, Leo. **Número de mortos pela PM em 2020 é recorde em SP; policiais dos batalhões da região metropolitana mataram 70% mais**. G1 SP e Globonews, São Paulo: 14 de julho de 2020. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/07/14/numero-de-mortos-pela-pm-em-2020-e-recorde-em-sp-policiais-dos-batalhoes-da-regiao-metropolitana-mataram-70percent-mais.ghtml>. Acesso em 15 de fev. de 2021.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Anistia internacional Informe 2015/16: O estado dos Direitos Humanos no Mundo**. ANISTIA INTERNACIONAL. Informe 2009.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 14ª ed. São Paulo: Atlas, 2020.

CRUZ, Maria Teresa. **Apenas uma em cada 35 vítimas do Estado ganha ação de danos morais em SP**. Ponte Jornalismo, São Paulo. 18 de julho de 2019. Disponível em <https://ponte.org/apenas-uma-em-cada-35-vitimas-do-estado-ganha-acao-de-danos-morais-em-sp/>. Acesso em 28 de fevereiro de 2021.

FAZAN, Beatriz e SAID, Ana Carolina. **Letalidade Policial: uma Análise de Teses Jurídicas e Tramitação Processual em casos de Responsabilidade Civil**. Trabalho apresentado no âmbito do Projeto Multidisciplinar “Quem Policia a Polícia: aspectos jurídicos da atuação policial e o Estado de Direito”. São Paulo: 2019.

FERRAJOLI, Luigi. **Derechos y Garantías: la ley del más débil**. Tradução espanhola de Perfecto Andrés Ibañez. Madrid: Trotta, 1999.

FERRAJOLI, Luigi. **Por uma teoria dos direitos e dos bens fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

GHOSH, Ratna. **Racism: A Hidden Curriculum**. Education Canada, Canadá, v48, nº 4, p. 26-29. Agosto, 2008.

GODOY, Marcelo. **Achaques e sequestros de parentes provocaram atentados do PCC**. O Estado de S. Paulo, São Paulo: 5 de maio de 2008. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20080505-41838-nac-31-cid-c4-not>. Acesso em 16 de fev. de 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Org.). **Atlas da violência 2018**. Rio de Janeiro: IPEA; FBSP, 2018.

MACHADO, Maíra Rocha. MACHADO, Marta Rodriguez de Assis (org). **Carandiru não é coisa do passado: um balanço sobre os processos, as instituições e as narrativas 23 anos após o Massacre**. São Paulo: FGV Direito SP.

PACHEO, Dennis e BUENO, Samira. **O crescimento da letalidade policial e a invisibilidade dos dados de raça no país**. G1, São Paulo: 03 de setembro de 2020. Disponível em <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/09/03/o-crescimento-da-letalidade-policial-e-a-invisibilidade-dos-dados-de-raca-no-pais.ghtml>. Acesso em 15 de fev. de 2021.

**PCC – Primeiro Cartel da Capital**. – Parte 1 – Origem. Direção: João Wainer. Produção de MOV.doc. TVUOL.19 de nov. de 2019. 17 min. Disponível em: < <https://tvuol.uol.com.br/video/pcc--primeiro-cartel-da-capital--parte-1--origem-04028D18326AC8B96326>>. Acesso em: 16 de fev. de 2021.

**PCC – Primeiro Cartel da Capital**. – Parte 2 – Marcola. Direção: João Wainer. Produção de MOV.doc. TVUOL.19 de nov. de 2019. 14 min. Disponível em: < <https://tvuol.uol.com.br/video/pcc--primeiro-cartel-da-capital--parte-1--origem-04028D18326AC8B96326>>. Acesso em: 16 de fev. de 2021.

**PCC – Primeiro Cartel da Capital**. – Parte 3 – Cartel. Direção: João Wainer. Produção de MOV.doc. TVUOL.19 de nov. de 2019. 14 min. Disponível em: < <https://tvuol.uol.com.br/video/pcc--primeiro-cartel-da-capital--parte-1--origem-04028D18326AC8B96326>>. Acesso em: 16 de fev. de 2021.

RIZZARDO, Arnaldo; FILHO, Arnaldo Rizzardo; RIZZARDO, Carine Ardissonne. **Prescrição e Decadência**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

IHRC. **São Paulo sob ataque: corrupção, crime organizado e violência institucional em maio de 2006**. IHRC International Human Rights Clinic/Justiça Global, 2011.

STOCO, Rui. **Tratado de responsabilidade civil. Doutrina e Jurisprudência**. 7 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

UNIFESP, Centro de Antropologia e Arqueologia Forense. **Violência de Estado no Brasil: uma análise dos Crimes de Maio de 2006 na perspectiva da antropologia forense e da justiça de transição**. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2019.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**. 13ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

## ANEXO

### ANEXO A – TABELA USADA PARA O ESTUDO DE CASO DO PRESENTE TRABALHO

OBTENÇÃO DOS DADOS	NÚMERO DO PROCESSO			
	PROCESSO É ELETRÔNICO OU FÍSICO?	Físico	Digital	Digital
	ÚLTIMO ANDAMENNTTO DO PROCESSO	Julgado pelo Tribunal de Justiça	Em sede de apelação, foi considerada a não prescrição; remessa a 1ª instância para julgamento do caso. Demanda julgada improcedente	26/04/2019: Processo encaminhado para a Coordenadoria da Seção
DADOS DO PROCESSO	NOME DA VÍTIMA			
	Nome dos requerentes			
	Número de partes	3	1	3
	Parentesco?	Mãe, pai e irmão	Pai	Filho e Irmão

	DATA DA PROPOSITURA DA AÇÃO	13/12/2013	09/02/2015	22/06/2016
	DATA DO INÍCIO DO INQUÉRITO POLICIAL	N/A	05/03/2010	N/A
	DATA DO ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO	01/12/2013	04/12/2013	13/11/2013
	DATA DO FATO	04/09/2009	06/06/2009	06/04/2010
	TEMPO ENTRE O FATO E A PROPOSITURA DA AÇÃO EM DIAS	1561	2074	2269
	TESTEMUNHAS EXCLUSIVAMENTE MILITARES?	N/A	Não	Não
CARACTERÍSTICAS DA VÍTIMA	Houve alegação de confronto?	Sim	Não	Sim
	Incursão em quais artigos do CP ou CPP? (se houver de outras leis, anotar)	art. 157 CP	Nenhum	Art. 157 CP
ELEMENTOS DO DIREITO PENAL	Houve arquivamento do inquérito policial?	Sim	Sim	Sim
	O juiz civil acatou o argumento de legítima defesa?	Sim	N/A	N/A



	O juiz civil acatou o argumento do estrito cumprimento do dever legal?	Sim	N/A	N/A
INFORMAÇÕES - 1º GRAU	Número de registro atual			
	DATA JULGAMENTO	29/11/2018	25/01/2016	21/06/2018
INFORMAÇÕES SOBRE A APELAÇÃO	NÚMERO DA APELAÇÃO			
	DATA DE JULGAMENTO	22/05/2019	04/07/2017	11/12/2018
	Resultado da decisão	Negou provimento	Recurso provido	Provido
	Valor total de indenização	N/A	2.000 salários mínimos	N/A
PRESCRIÇÃO - SENTENÇA	Há menção do art. 200 do CC?	Não	Não	Sim
	Há menção ao art. 206, § 3º, V, do Código Civil? (prazo trienal)	Sim	Não	Não
	Há menção ao art. 1º do Decreto 20.910/32? (prazo quinquenal)	Sim	Não	Sim

	<b>Qual a tese da Fazenda Pública sobre a prescrição?</b>	N/A	Prescrição trienal a partir da data do fato	Prescrição quinquenal a partir a data do fato
	<b>Qual tese prevaleceu?</b>	Prescrição trienal a partir da data do fato	Prescrição quinquenal a partir da data do fato	Prescrição quinquenal a partir a data do fato
	<b>Foram citados precedentes?</b>	Sim	Sim	Sim
	<b>Se sim, quais?</b>	1. STJ. 2ª Turma. REsp 1.137.354. Rel. Min. CASTRO MEIRA, j. 8.9.2009	1. REsp 1251993 / PR - RECURSO ESPECIAL - 011/0100887-0 - Relator(a) Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES (1141) - Órgão Julgador: S1 - PRIMEIRA SEÇÃO - Data do Julgamento: 12/12/2012 - Data da Publicação/Fonte: DJe 19/12/2012	1. AgRg no REsp 1221455/RJ, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 01/09/2015, DJe 14/09/20152. AgRg no AREsp 496.307/RS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/05/2014, DJe 16/06/20143. TJSP; Apelação 0102811-54.2008.8.26.0100; Relator (a): Djalma Lofrano Filho; Órgão Julgador: 13ª Câmara de Direito Público; Foro Central Cível - 34ª Vara Cível; Data do Julgamento: 06/12/2017; Data de Registro: 18/12/2017
	<b>Foram citadas doutrinas?</b>	Não	Não	Não

	Se sim, quais?	N/A	N/A	N/A
PRESCRIÇÃO - ACÓRDÃO	Há menção do art. 200 do CC?	Não	Sim	Sim
	Há menção ao art. 206, § 3º, V, do Código Civil? (prazo trienal)	Sim	Não	Não
	Há menção ao art. 1º do Decreto 20.910/32? (prazo quinquenal)	Sim	Sim	Sim
	Qual a tese da Fazenda Pública sobre a prescrição?	N/A	Deve-se contar a data do fato e não aplicar o art. 200 porque desde o começo poderia ter sido ajuizada a ação contra a Fazenda Pública	Prescrição quinquenal a partir da data do fato
	Qual tese prevaleceu?	Prescrição quinquenal a partir da data do fato	Prescrição quinquenal a partir do arquivamento do inquérito policial	Prescrição quinquenal a partir da data do fato
	Foram citadas precedentes?	Sim	Sim	Sim

	Se sim, quais?	<p>1. STJ, RESP n. 1251993/PR, rel. Min. Mauro CampBelli Marquês, j. 12.12.201</p>	<p>1. Quarta Turma, Agravo Interno no Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial n. 603.860/SP, Rel. Min. MARCO BUZZI, DJe 13/12/2016.</p> <p>2. Segunda Turma, Recurso Especial nº 306.441/SP, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 18/11/2015</p>	<p>1. AgRg no AREsp8987/PA, AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL 2011/0056939-7, rel. Min. Teori Albino Zavascki, Primeira Turma</p> <p>2. AgRg no AREsp 34053/RS, AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL 2011/0113112-5, rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma</p> <p>3. AgRg no AREsp 36517/RJ, AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL 2011/0195278-5, rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma</p>
	Foram citadas doutrinas?	Não	Não	Sim

	<b>Se sim, quais?</b>	N/A	N/A	<p>1. Rui Stoco Tratado de Responsabilidade Civil - Doutrina e Jurisprudência 7ª edição - Ed. RT</p> <p>2. Yussef Said Cahali Prescrição e Decadência, págs. 299 e 301, Ed. RT</p>
--	-----------------------	-----	-----	--